

Revista da Extensão

Nov. 2011 nº3

Outras palavras:
um projeto
multimeios
e multimídia

Viajando pela
África com
Ibn Battuta:
relato de um
projeto didático-
pedagógico

Projeto Unimúsica,
o ouvinte nômade
e a ampliação de
repertórios

Esticando
horizontes:
astronomia e arte
no ensino de
deficientes visuais

Oficina de
indicadores sociais
com ênfase em
relações raciais:
experiências e
desafios

Intervenção
interdisciplinar
em coletivos:
vulnerabilidade
social e
direitos humanos

Política de
gestão de museus
e acervos
museológicos
da UFRGS

Memorial da UFRPE:
diálogos possíveis
entre ensino,
extensão e pesquisa

Acessibilidade em
ambientes culturais:
vale a pena

A Extensão vista de PERTO

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



EDIÇÃO COMEMORATIVA

50

Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

As Fronteiras da Extensão

APRESENTAÇÃO

É grande a satisfação com que trazemos essa publicação aos extensionistas. O momento não poderia ser mais oportuno. Entre os dias 8 e 11 de novembro de 2011, Porto Alegre é palco do **5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, o mais importante evento da área no Brasil.

Farão parte do Congresso cerca de 3,5 mil extensionistas de todo o país, que se encontrarão pra discutir suas ações, trocar ideias e aprender novas formas de fazer extensão. É um importante momento de reflexão sobre os caminhos e limites dessa atividade no Brasil, e de sua importância no alargamento das fronteiras culturais, políticas e sociais. Por isso o tema “As Fronteiras da Extensão”.

Nessa edição especial, a **Revista da Extensão**, publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vem colaborar com a expansão dessas fronteiras e compartilhar os conhecimentos adquiridos aqui e em outros lugares, sobre diferentes temas e olhares.

Você é nosso (a) convidado (a) nessa leitura. Bom proveito.

Sandra de Deus

Pró-Reitora de Extensão /UFRGS

EDITORIAL

A **Revista da Extensão** é destinada à divulgação das atividades extensionistas produzidas no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como para a reflexão e a troca de conhecimentos com o meio universitário brasileiro. O principal objetivo é o fortalecimento da universidade pública como instituição educacional que visa a superação da fragmentação das áreas do conhecimento, a formação de redes de extensionistas, a valorização dos diversos saberes e a busca de soluções para problemas que aproximam o mundo acadêmico e a sociedade.

Nesta edição especial, em virtude da realização do **5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária** na nossa Universidade, mantivemos o tema central do evento – “As Fronteiras da Extensão” – como núcleo motivador da proposta editorial. A **Revista da Extensão** está composta de 9 artigos, na sua maioria da UFRGS, e conta também com a colaboração significativa de outras Universidades. Eles demonstram, por meio da diversidade das áreas temáticas e campos de conhecimento dos extensionistas, o crescimento da extensão universitária. Todos os trabalhos têm o objetivo explícito de suplantar “as fronteiras da extensão”, mais do que os muros das academias, no sentido de dialogar com realidades sociais e universos sensoriais diferenciados.

No conjunto, os textos trazem elementos importantes para a prática dos extensionistas, como: a interdisciplinaridade, a aplicação de teorias e metodologias específicas, a ampliação dos significados da extensão universitária nos âmbitos social, político e econômico, bem como suas interfaces com a pesquisa e o ensino. Nesse sentido, desde o primeiro artigo, que aborda os usos da multimídia cultural e os entraves burocráticos para a implementação de projetos sociais que envolvam as artes cênicas e a poesia, passando pela relação pedagógica entre astronomia e arte no ensino de deficientes visuais até a defesa do direito das mulheres em situações de violência doméstica, todos tratam das questões relativas à acessibilidade, que é o assunto do último texto.

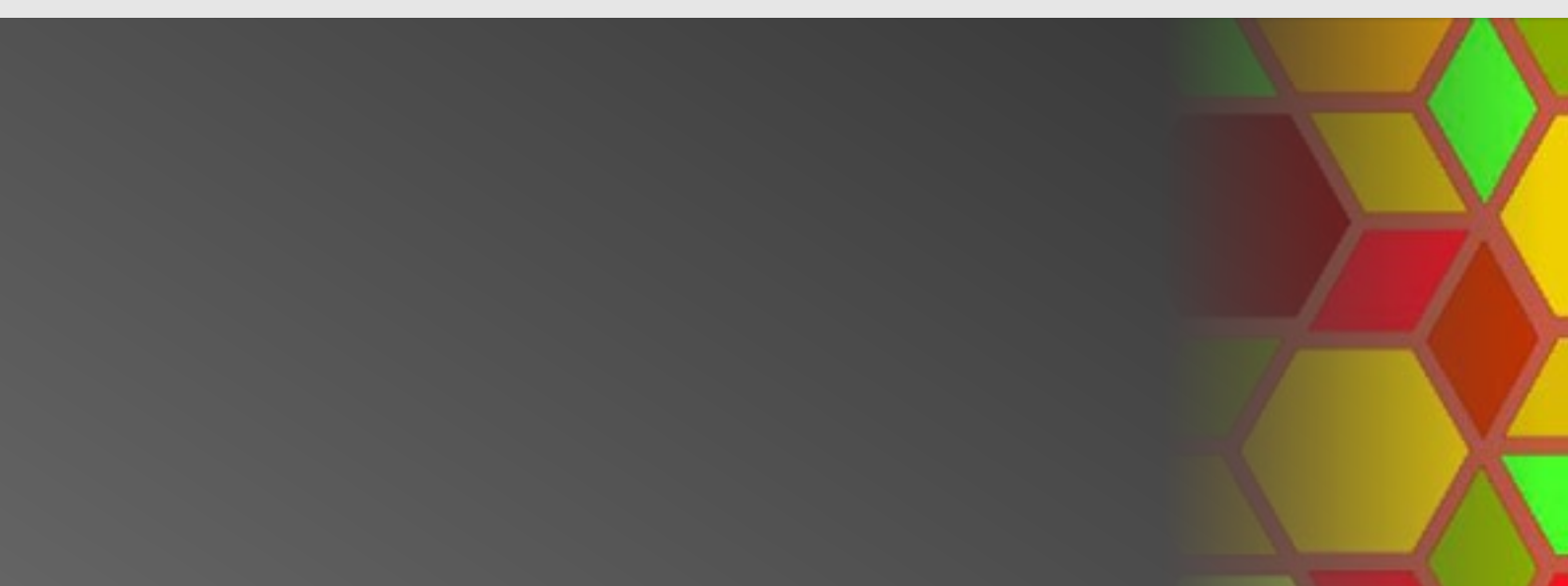
De certa forma, a acessibilidade, que significa a criação de mecanismos para a circulação e o acesso de pessoas com algum tipo de deficiência – sensorial, cognitiva, físico-motora ou múltipla – a produtos, serviços e informações, perpassa boa parte dos trabalhos. Se ampliarmos o conceito, todos os artigos tratam de assuntos relativos à necessidade da inclusão social, seja por meio da educação, informação ou da garantia de direitos.

Nunca é demais lembrar que a extensão, quando se volta para o rompimento das fronteiras da violência, discriminação e distribuição desigual de oportunidades, comporta também caráter transformador que se reflete na comunidade acadêmica e na sociedade.

Seja bem-vindo(a) a esse universo!!

José Antônio dos Santos

Editor



SUMÁRIO



**OUTRAS PALAVRAS: UM PROJETO
MULTIMEIOS E MULTIMÍDIA 4**

Marciano Lopes e Silva
Departamento de Letras – UEM



**VIAJANDO PELA ÁFRICA COM
IBN BATTUTA: RELATO DE UM PROJETO
DIDÁTICO-PEDAGÓGICO 14**

José Rivair Macedo
Departamento de História – UFRGS



**PROJETO UNIMÚSICA, O OUVINTE NÔMADE
E A AMPLIAÇÃO DE REPERTÓRIOS 22**

Lígia Antonela Petrucci
Coordenadora do Projeto Unimúsica – UFRGS



**ESTICANDO HORIZONTES:
ASTRONOMIA E ARTE NO ENSINO
DE DEFICIENTES VISUAIS 30**

Cláudia Vicari Zanatta
Instituto de Artes – UFRGS
Maria Helena Steffani
Instituto de Física e Planetário – UFRGS
Felipe Leão Mianes
Doutorando em Educação – UFRGS
Carlos Eduardo Galon da Silva
Instituto de Artes – UFRGS



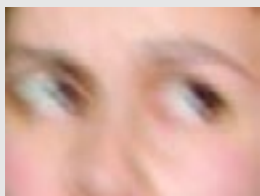
Revista da Extensão

A Extensão vista de PERTO



OFICINA DE INDICADORES SOCIAIS COM ÊNFASE EM RELAÇÕES RACIAIS: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS 36

Marcelo Paixão
Instituto de Economia – UFRJ
Sandra Ribeiro
Pesquisadora do LAESER – UFRJ



INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR EM COLETIVOS: VULNERABILIDADE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS 44

Henrique Caetano Nardi
Departamento de Psicologia – UFRGS
Raquel da Silva Silveira
Centro Universitário Ritter dos Reis



POLÍTICA DE GESTÃO DE MUSEUS E ACERVOS DA UFRGS 50

Claudia Porcellis Aristimunha
Diretora do Museu da UFRGS
Elias Machado
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS
Maria Cristina Pons da Silva
Museu da UFRGS



MEMORIAL DA UFRPE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA 60

Ricardo de Aguiar Pacheco
Departamento de Educação – UFRPE



ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS: VALE A PENA 74

Eduardo Cardoso
Faculdade de Arquitetura – UFRGS
Jeniffer Cuty
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS

EDIÇÃO COMEMORATIVA

50

Congresso Brasileiro de Extensão Universitária
As Fronteiras da Extensão

OUTRAS PALAVRAS: UM PROJETO MULTIMEIOS E MULTIMÍDIA

Marciano Lopes e Silva
Departamento de Letras – UEM

O **PROJETO OUTRAS PALAVRAS (POP)** É UM PROJETO DE EXTENSÃO DO DEPARTAMENTO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM), IDEALIZADO E COORDENADO PELO AUTOR, DESDE ABRIL DE 2006. TEMOS A COLABORAÇÃO DA RÁDIO UEM-FM 106,9 E, DESDE ABRIL DE 2008, DO TEATRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ (TUM), CUJA DIREÇÃO E COORDENAÇÃO É DE PEDRO CARLOSAQUINO OCHÔA.

ENTRE OS OBJETIVOS DO POP ESTÃO:

- A) INCENTIVAR E DIVULGAR A PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE MARINGÁ E REGIÃO, ESPECIALMENTE A PRODUÇÃO DE POETAS E COMPOSITORES;
- B) PROPORCIONAR À COMUNIDADE UM CONTATO PRAZEROSO, CRÍTICO E CRIATIVO COM A ARTE;
- C) PRODUZIR MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ENSINO DE LETRAS E ARTES;
- D) PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA (AMPLIANDO SEUS CONHECIMENTOS SOBRE A POESIA BRASILEIRA E A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA - MPB) E DA LOCUÇÃO RADIOFÔNICA (DESENVOLVENDO HABILIDADES DE LEITURA ORAL E DRAMÁTICA), ATIVIDADES QUE, EM GERAL, NÃO SÃO REALIZADAS NOS CURSOS DE LETRAS.

Histórico e descrição do projeto

Em sua **organização**, o POP apresenta as seguintes **formas de interação** com a comunidade:

1) **Programa Outras Palavras** – programa radiofônico apresentado diariamente na Rádio UEM-FM 106,9, sem horário fixo;

2) **Sarau Outras Palavras** – evento anual que reúne música, poesia e performances dramáticas;

3) **Revista Outras Palavras** – produzida na forma de um blog que é utilizado como revista de arte e educação;

4) **Jornada Interartes Outras Palavras (JIOP)** – evento de extensão universitária com periodicidade anual;

5) **Revista JIOP** (ISSN: 2176-6045) – revista anual em mídia digital no suporte de DVD (lançada durante a 2ª JIOP, dia 7 de outubro de 2010).¹

O desejo de elaborar um programa radiofônico sobre literatura e mais especialmente sobre a poesia brasileira – aí incluindo a poesia da música popular brasileira (MPB) – deu origem ao projeto. Em seu primeiro ano de funcionamento, as atividades desenvolvidas voltaram-se ao trabalho de pesquisa de material gráfico e fonográfico sobre os temas apontados, aprendizagem do manuseio dos programas de edição de som (Sound Forge 7.0 e Vegas 7.0) e produção dos *spots* – pequenos programas de rádio variando entre 3 e 10 minutos de duração para inserções diárias e rotativas na programação da rádio universitária UEM-FM 106,9. Ao fim dos dois primeiros anos, foram produzidos artigos críticos de divulgação científica e aproximadamente 80 spots, com programas de divulgação de poetas, crítica e ensino de poesia. Outra realização, que inicialmente não estava prevista, foi a produção do **1º Sarau Outras Palavras** por ocasião do aniversário de 40 anos do Departamento de Letras da UEM. O evento reuniu mais de 400 pessoas no MPB Bar, em Maringá, e teve a presença de vários músicos e poetas que fizeram leituras e performances dramáticas de seus poemas.

Cartaz de divulgação



Em 29 de abril de 2009, após um ano sem nenhuma novidade metodológica no Projeto, tivemos a ideia de utilizar um *blog* para a realização de uma revista de literatura e artes. O “estopim” da ideia foi a necessidade de divulgar os programas radiofônicos, tornando-os mais acessíveis ao público, posto que o fato de não terem um horário fixo de veiculação na rádio, não somente impedia uma divulgação eficiente dos mesmos como a audição por parte dos ouvintes – que dependiam da sorte de estarem sintonizados no momento de sua exibição. Ao refletir sobre como organizar a revista, percebemos que, se ela ficasse restrita à divulgação de textos produzidos exclusivamente pelo POP, não teria uma frequência e quantidade de publicações que lhe garantissem um público amplo e permanente, de tal modo que estaria destinada ao fracasso.

A saída foi incluir em sua edição textos de várias mídias selecionados no oceano do ciberespaço. Com isto, mantinha-se a proposta de pesquisa e divulgação da produção artística, conforme os objetivos iniciais, com três grandes vantagens: 1) incluir textos de várias mídias, somando-se as dimensões escrita, sonora e visual; 2) ampliar o alcance de público do POP para além de Maringá e região; 3) ampliar o leque de manifestações culturais e artísticas para além da literatura e da MPB – podendo incluir artes plásticas, cinema e vídeo, dentre outras. Criamos, então, a **Revista Outras Palavras** – <http://outraspalavras.arteblog.com.br>, que hoje apresenta as seguintes seções (categorias): JIOP e POP na rádio (onde se encontra uma seleção dos melhores programas radiofônicos); Literatura e ensino (onde se encontram textos destinados ao uso em classes de literatura); Crônica; Crítica; Poesia; Contos e minicontos; Vídeo-shows; Vídeo-arte; Vídeos de Teatro; Cine nanometragem; Entrevistas; Festivais de MPB; Divulgação cultural e Normas para participação na Revista.

A **Revista Outras Palavras** atualmente está consolidada e constitui (por razões que veremos adiante) o “coração” do POP. Nestes dois anos e meio de existência, ela apresenta 234 artigos (postagens) publicados e atingiu a marca de aproximadamente **40.500 visitantes únicos e 60.842 pageviews** (consultas em geral). No ano de 2009, ela teve **4.532** visitantes únicos e **9.852 pageviews**; no ano de 2010 foram **17.373** visitantes únicos e **26.184 pageviews**; neste ano de 2011 (no momento em que escrevo), já alcançou a marca de **18.594** visitantes únicos e **27.806 pageviews**. Podemos constatar, com base nestes dados, que ela quase quadruplicou seu público no segundo ano (2010), e já ultrapassou, neste terceiro ano, a marca anterior de visitantes únicos em mais de 1.220 pessoas. Outro aspecto positivo é a interação com os leitores-ouvintes, que têm interagido mais, o que pode ser constatado pelo maior número de comentários que têm sido feitos neste último ano.



O evento anual de extensão **Jornada Interartes Outras Palavras (JIOP)** teve sua primeira edição em 2009. A ideia de criá-lo deveu-se a duas razões: a) a necessidade de um evento que possibilitasse uma maior aproximação física com a comunidade; b) a necessidade de angariar recursos para o POP, especialmente para sustentar a publicação de uma revista que pudesse obter ISSN, visto que a Revista Outras Palavras não poderia ser registrada devido ao fato de não apresentar periodicidade. Com respeito ao perfil do evento, buscamos estabelecer um que fugisse ao modelo usual dos congressos, simpósios e seminários existentes na medida em que disponibilizasse significativo espaço para o convívio prazeroso e crítico com diversas formas de arte, especialmente a literatura, o teatro, a música e o cinema.

A razão para tanto, além de pretendermos atingir a comunidade em geral (e não apenas estudantes, professores e pesquisadores), é que nos eventos acadêmicos tradicionais geralmente não há espaço para apresentação de atividades artísticas. Quando isso ocorre, o que se observa é que elas quase sempre são inseridas nos intervalos culturais, não constituindo parte importante da programação. Pior: trata-se apenas de colocar um “enfeite” no evento, um entretenimento para os participantes relaxarem nos intervalos da programação “séria”.

“O tratamento dado à arte e ao artista é, em última instância, similar ao que a indústria cultural lhe confere – e que tanto a academia critica. Tal fato constitui uma contradição similar ao que encontramos nos currículos dos cursos de Letras do país, pois o que se observa neles é que se propõe o estudo da literatura, mas nunca há espaço para disciplinas voltadas para a prática da escrita literária, assim como não há, regra geral, espaço para o estudo do gênero dramático e sua realização cênica.”

Show de lançamento do CD “Dajabuticaba” de Eduardo Montagnari



O raciocínio apresentado acima também orientou a definição do perfil da **Revista JIOP**, que tem uma periodicidade anual (ao menos por enquanto) e não é estritamente acadêmica, pois apresenta um caráter misto: um lado mais formal, conforme as exigências do discurso e da prática acadêmica, e outro informal, de acordo com as revistas culturais e de arte destinadas a um público não especializado. No que diz respeito ao seu lado acadêmico, há uma seção para artigos elaborados conforme as exigências do rigor científico e, ocasionalmente, pode haver espaço para publicação das comunicações e resumos de painéis apresentados no evento. Com respeito a sua porção mais popular, voltada para a divulgação artística, há seções para criação literária, teatro, música e artes plásticas.

Além deste diferencial, outro muito importante foi a publicação da Revista em DVD. Com isto, ela apresentou a vantagem – quando comparada às publicações impressas – de poder veicular diversas mídias e linguagens, além de permitir o uso do hipertexto. Note-se que tais recursos, que a diferenciam e a tornam mais interessante do que as revistas impressas, poderiam ser comuns, visto que ultimamente se intensifica cada vez mais a publicação de anais e revistas acadêmicas em formato digital, sejam em CD ou eletrônicas, disponíveis no ciberespaço. Entretanto, o que se observa é – modo geral – um mau aproveitamento destes suportes e mídias, de modo que as publicações em CD ou disponíveis na *internet* continuam apresentando uma linguagem, design e diagramação típicas de publicações acadêmicas impressas. Em outras palavras, não apresentam vídeos, imagens, som e, especialmente, *hiperlinks* que explorem as potencialidades de criação de hipertextos. O uso deles possibilita, por exemplo, tanto a dinamização no contato com referências de leituras existentes no ciberespaço, como a disponibilização de textos e imagens que, por questões de direitos autorais, não poderiam ser apresentados sem custos na publicação impressa.

Em sua metodologia, a **Jornada Interartes Outras Palavras (JIOP)**, criada como um evento de extensão tem apresentado sempre um tema centralizador. Na sua primeira edição, foi Bertolt Brecht, na segunda, foi Franz Kafka e na terceira, será Chico Buarque (no momento em que escrevo, estamos há menos de uma semana da sua realização). Seu formato e duração não estão definidos, pois ainda nos encontramos em fase de experimentações. A 1ª JIOP foi realizada durante três sábados, o que se mostrou pouco conveniente devido ao excessivo trabalho na sua organização e ao fato de não poder atrair pessoas de fora da cidade, visto não se concentrar em uma sequência ininterrupta de dias. A 2ª JIOP foi feita em um único dia, o que nos pareceu um período curto demais.

Nesta edição, optamos por dois dias integrais e uma noite de abertura concentrados no meio da semana. Quanto às atividades, são constantes as mesas-redondas, palestras e/ou conferências, shows (nas duas primeiras incluímos o **Sarau Outras Palavras** em sua programação)²; Varal Literário (exposição de poemas e contos), Cinepapo (projeção de filmes seguidos de debate), além de exposições de fotografias e artes plásticas. O oferecimento de minicursos é uma opção interessante para atrair o público, mas a atividade que surte maior efeito é o espaço para comunicações em simpósios temáticos. Inicialmente, esta opção não tinha sido cogitada devido ao fato de se pretender fugir do formato acadêmico, mas o fato é que, infelizmente, o público estudantil se interessa mais na medida em que existe esta opção, pouco valorizando as atividades artísticas.³



Outras Palavras: convergências de meios e mídias

Após conhecer a organização do projeto, o leitor pode concluir que o POP apresenta uma estratégia organizacional que se pauta pela rede de diferentes meios e mídias, que convergem para a realização dos objetivos propostos conforme o que se tem chamado de “cultura da convergência” (JENKIS, 2008). Fazendo uma analogia com a rede mundial de computadores interligados no ciberespaço, podemos afirmar que o POP também constitui uma rede de ações, funcionando como um gigantesco hipertexto.

O uso do *blog*, que é gratuito, possibilita a existência da **Revista Outras Palavras** com um custo zero de publicação, assim como possibilita a divulgação e a organização da JIOP sem que se tenha que pagar um sítio de hospedagem, como é de costume para os eventos científicos. Além de divulgar e incentivar a produção artística e contribuir para o trabalho docente, apresentando material artístico e crítico voltados para o ensino, ela também constitui importante instrumento para captação de textos e contatos com artistas que poderão, depois, serem selecionados e direcionados para publicação na Revista JIOP. A sua utilização como suporte para divulgação da programação e realização das inscrições na JIOP também contribui, em um sentido inverso ao já apontado, para aumentar a sua própria visibilidade e, por conseguinte, seu público.

A realização da JIOP contribui para a divulgação da revista *on-line* que, por sua vez, contribui para baixar os custos de organização do evento no que diz respeito a sua divulgação e funcionamento das inscrições. Para inscrever-se, o interessado acessa a página com a programação na revista e através de um *link* nela existente, tem acesso à página (da *intranet* da UEM), que é a geradora dos boletos de inscrições no evento. Ao preencher seus dados e enviá-los, o sistema registra seu nome, possibilitando o controle dos inscritos. Assim como a ação de extensão contribui para divulgar a revista *on-line*, a revista em DVD também o faz na medida em que ela contém uma seção com *links* para os melhores artigos (postagens) publicados na Revista Outras Palavras. Para tanto, basta que o leitor esteja conectado à *internet*.

Um exemplo de como é produtiva esta convergência de meios e mídias está na realização e divulgação dos trabalhos de conclusão das oficinas de leitura dramática, oferecidas anualmente para a comunidade pela Diretoria de Cultura da UEM, graças ao trabalho do Teatro Universitário de Maringá (TUM). Em uma parceria com o POP, as oficinas foram desenvolvidas com base no estudo de sainetes do livro *Teatro a vapor*, de Arthur Azevedo, tendo em vista a apresentação das leituras dramáticas em público durante a 1ª JIOP. Uma vez gravadas as apresentações (nas quais participaram, além de pessoas da comunidade externa, vários estudantes de Letras da UEM), os vídeos produzidos foram divulgados na Revista Outras Palavras – sob o título “O humor de Arthur Azevedo” – em 5 postagens e na Revista JIOP, número 1.

Desta forma, convergiram atividades de ensino, pesquisa e extensão, tornando possível – no caso dos estudantes de Letras que participaram da experiência – um contato prático com o texto dramático e as artes cênicas. Eles desenvolveram dimensões cognitivas e motoras que as disciplinas teóricas do Curso não contemplam, tais como a dicção, a gestualidade, a projeção da voz, a ênfase na leitura e a experiência de estar no palco, dentre outras coisas.

Para concluir este tópico, cabe ressaltar a importância do ciberespaço para o funcionamento do POP. No início, fizemos uma analogia do funcionamento do projeto com a rede mundial de computadores interligados no ciberespaço, afirmando que o POP também constitui um gigantesco hipertexto. No entanto, segundo Pierre Lévy (1993, 1999), esta rede não possui um centro, o que, de certa maneira, é parcialmente verdadeiro tratando-se do POP.

Apresentação da peça “Baal - o associal” de Bertolt Brecht



Embora a revista *on-line* não seja o centro de organização da rede na qual se constitui o projeto, é inevitável considerá-la como o seu “coração” na medida em que sua existência é fundamental para a articulação, divulgação e funcionamento das suas demais atividades. E isto não é sem razão. A sua gratuidade, a possibilidade de utilização de diversas mídias e o alcance planetário do público, são características que determinam a posição estratégica privilegiada na metodologia de funcionamento do Projeto Outras Palavras. A sigla POP que, geralmente, refere-se às manifestações culturais que atingem grande popularidade, encontra-se em perfeita sintonia com os objetivos e estratégias do Projeto.

Dificuldades e frustrações

As dificuldades para a realização do Projeto são várias, como a falta de equipamentos (não possuímos filmadoras disponíveis para uso), e de funcionários capacitados (não temos técnicos de som e luz, muito menos quem faça a editoração da revista), sendo necessário contratar estes serviços. Também temos problemas com a pouca participação dos discentes e dos artistas interessados na divulgação do seu trabalho.

Entretanto, a maior dificuldade para a realização do projeto reside, ironicamente, no fato de ser uma atividade de extensão. Apesar do discurso em defesa da universidade pública e gratuita apresentar como uma constante a ideia de que ela reside sobre um tripé formado pela pesquisa-extensão-ensino, considerando-os como de igual valor, o fato é que, na prática, tal ideia não prevalece.

Como é notório entre os extensionistas, os órgãos de fomento à pesquisa e pós-graduação não valorizam a extensão, de modo que os recursos públicos são destinados em maior quantidade aos cientistas e, por conseguinte, à pós-graduação. Outra consequência desta visão distorcida é que as atividades desenvolvidas no âmbito da extensão, são menos valorizadas do que as atividades de pesquisa na carreira docente. As publicações que não sejam em revistas especializadas e com *Qualis* não têm valor neste cenário.

Considerando o excesso de trabalho acadêmico que a cada ano parece aumentar, torna-se necessário escolher, estabelecer prioridades e selecionar eventos, projetos e publicações. O resultado é que poucos acadêmicos apresentam interesse em dedicar-se a projetos de extensão, publicar em revistas não indexadas ou de divulgação científica, artística ou cultural por não serem estritamente acadêmicas. Tal atitude acaba sendo incorporada pelos alunos, que, espelhando-se no comportamento de seus mestres, também pouco se interessam pela extensão ou eventos que privilegiem atividades artísticas para preencher o pouco tempo que lhes sobra para aprofundar sua formação profissional.

Mais do que o interesse real pela produção e aquisição de conhecimento crítico, o que se observa é a assimilação de estratégias de formação de currículos acadêmicos. Isso equivale a colecionar certificados e publicações, mas não necessariamente participar de forma efetiva em atividades de caráter crítico e cultural mais abrangente. Durante quase seis anos de POP, apenas atualmente conseguimos a adesão e a participação de uma colega no projeto. Até então, as colaborações, apesar de valiosas e sinceras (sem querer – é importante ressaltar – desmerecê-las), foram pontuais, restritas à organização da JIOP.

“ Em suma: produzir de forma efetiva e continuada na extensão, muito mais do que na pesquisa, decorre antes de tudo de uma opção política que considera que a universidade deve cumprir o papel social para a qual foi criada. Ela deve retornar à sociedade o conhecimento que dela provém e que, em função disto, deveria ser produzido. ”

Apresentação da peça “Medidas contra a violência” (adaptação de textos de Bertolt Brecht por Eduardo Montagnari) -1ª JIOP



Ao contrário do que acontece muitas vezes, a universidade deve deixar de se retroalimentar de forma narcísica dos saberes, produzindo conhecimento e profissionais que se destinam quase exclusivamente à manutenção da máquina universitária, raramente dialogando com outras realidades além dos seus muros.

Para não encerrar o artigo em tom pessimista, vale lembrar que o surgimento de novos cursos na UEM, entre os quais se encontram os de Comunicação e Multimeios, Artes Visuais e Artes Cênicas, muito provavelmente contribuirá para alterar o quadro de

participação discente no POP, visto que este parece estar mais afinado com os interesses da formação profissional do que o de Letras. Por outro lado, o nosso projeto já apresentou ao público da cidade de Maringá talentos artísticos originários dos quadros de estudantes da Universidade, dentre os quais destaco os nomes de Nelson Alexandre Viana da Silva e Vera Líghia Fernandes de Souza. Eles são exemplos daqueles que participaram do POP e têm contribuído para a formação continuada dos professores da rede pública estadual de ensino.

¹ Veja apresentação da revista: <http://outraspalavras.arteblog.com.br/408619/Revista-JIOP-conheca-e-participe/> e normas para publicação: <http://outraspalavras.arteblog.com.br/r29405/Contribuicoes-para-a-Revista-JIOP/>.

² Para conhecer a história do sarau, clique no link "Sarau Outras Palavras", existente na nuvem de palavras-chave ou digite: <http://outraspalavras.arteblog.com.br/tag/Sarau+Outras+Palavras/>

³ Veja nas webreferências, ao final do artigo, os endereços para as páginas com as programações da 1ª, 2ª e 3ª JIOP. Clicando na seção (categoria) "JIOP", tem-se acesso a todas as postagens pertinentes às várias edições do evento, o que possibilita reconstruir seu histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____

AZEVEDO, A. Teatro a vapor. São Paulo: Cultrix, 1977.

JENKIS, H. Cultura da convergência. São Paulo: Ed. Aleph, 2008.

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1993.

_____. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

REVISTA JIOP. Maringá, Editora do Departamento. nº 1, 2010. (DVD)

WEBREFERÊNCIAS _____

JIOP. Programação da 1ª JIOP. Disponível em: <http://outraspalavras.arteblog.com.br/232561/PROGRAMACAO-ATUALIZADA-DA-1a-JIOP/> - último acesso: 13 de outubro de 2011.

_____. Programação da 2ª JIOP. Disponível em: <http://outraspalavras.arteblog.com.br/346117/INSCRICOES-PRORROGADAS-PARA-A-2a-JIOP/> - último acesso: 13 de outubro de 2011.

_____. Programação da 3ª JIOP. Disponível em: <http://outraspalavras.arteblog.com.br/536183/3a-JIOP-PROGRAMACAO-INSCRICOES-NOVAMENTE-PRORROGADAS/> - último acesso: 13 de outubro de 2011.

O HUMOR DE ARTHUR AZEVEDO. Revista Outras Palavras. Disponível em: <http://outraspalavras.arteblog.com.br/search/%22O%20humor%20de%20Artur%20Azevedo%22/> - último acesso: 13 de outubro de 2011.

REVISTA JIOP: CONHEÇA E PARTICIPE. Revista Outras Palavras. Disponível em: <http://outraspalavras.arteblog.com.br/408619/Revista-JIOP-conheca-e-participe/> - último acesso: 13 de outubro de 2011.



VIAJANDO PELA ÁFRICA COM IBN BATTUTA: RELATO DE UM PROJETO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

José Rivair Macedo
Departamento de História - UFRGS

Nas páginas seguintes apresentaremos os traços gerais de um projeto didático-pedagógico realizado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS entre os anos 2008-2010, sob nossa coordenação. O projeto, intitulado *Uma viagem pela África no século XIV*, foi contemplado pelo Programa UNIAFRO/2008 e deu origem a um Termo de Cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC que vigorou até 31 de dezembro de 2009. Os materiais resultantes do projeto receberam o título de *Viajando pela África com Ibn Battuta*.

O PROJETO

O Programa de Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico, criado em 2004, no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS (DEDS-PROEXT), tem estabelecido proveitosas parcerias com as secretarias municipais de educação da região metropolitana de Porto Alegre e demais parceiros do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, vem desenvolvendo atividades voltadas para a efetivação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura da África e dos afro-descendentes na educação básica. Com esse intuito, foram organizados vários eventos de formação, entre os quais os seguintes cursos de extensão: *A educação e os valores civilizatórios afro-brasileiros*

(2006), *Desvendando a história da África* (2007), *Cartografia histórica e geografia do continente africano: as diásporas, os povos, a história* (2008), e a formação semi-presencial para professores intitulada *Procedimentos didático-pedagógicos aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira*, que contou com a participação de cerca de 500 inscritos (2010).

“Daí veio a idéia de ir além, e enfrentar o principal obstáculo para o efetivo ensino de história da África: a falta de referência bibliográfica especializada e de materiais didático-pedagógicos adequados que possam servir de subsídio e apoio a professores e estudantes.”

Com a intenção de contribuir para a superação desse obstáculo foi proposta a elaboração de um documentário que pudesse apresentar de modo rigoroso, e prazeroso, um pouco da história dos povos e

reinos africanos anteriores ao século XV - quando aqueles povos eram plenamente senhores de seu destino.

Eis, em síntese, os elementos que integram e sustentam a ideia geral do projeto *Viajando pela África com Ibn Battuta*: a partir do relato da viagem do marroquino Ibn Battuta (1304-1377), que visitou e permaneceu durante oito meses no reino do Mali, na África Ocidental, entre os anos 1352-1353, o documentário pretende evidenciar a dinâmica histórica dos povos africanos no período em que a Europa vivia os séculos finais da Idade Média, a originalidade cultural e religiosa desses povos e o legado que deixaram para a posteridade.

CONCEPÇÃO E OBJETIVO

A viagem é um recurso poderoso para se começar a falar da história de um povo. Ao realizar a viagem, o viajante encontra em seu percurso espaços, paisagens e povos que desconhece ou não tem familiaridade. Ao registrar o que viu, ouviu ou pensou a respeito do desconhecido, ele estabelece uma seleção de informações, dividindo-as, hierarquizando-as, enfatizando certos aspectos e minimizando outros, avaliando, julgando e, sobretudo, comparando o visto com sua experiência do vivido. Dialogar com o viajante e seu relato permite, por outro lado, desvendar de modo



Ilustração que representa Ibn Battuta narrando suas viagens ao poeta Ibn Djuzzay, em 1356, que as registrou.

crítico os padrões culturais, políticos, sociais e econômicos postos em conexão durante a viagem, permite falar tanto do mundo do viajante quanto do mundo por ele observado.

Para contar a história dos povos do Mali, através do testemunho de Ibn Battuta, foi preciso realizar uma árdua pesquisa documental, bibliográfica, etnográfica, iconográfica, sonora. Não se tratava apenas de

recuperar o longo trajeto percorrido pela caravana marroquina e de retratar a história social dos grupos com os quais o viajante entrou em contato. Aquilo que foi visto e comentado no relato da viagem teve que passar por um rigoroso trabalho de análise e reconstituição, em perspectivas didática e antropológica. Por sua própria realização, a viagem pôs em contato povos africanos portadores de códigos culturais, organização social e visões de mundo distintas, evidenciou as

diferentes paisagens naturais (deserto, floresta, savana), climáticas, e as distintas expressões da cultura material desenvolvida pelos grupos mediterrânicos do Magreb, pelos Tuareg e outros grupos adaptados ao deserto, e pelos grupos sudaneses que povoavam as savanas situadas em torno da Bacia do Rio Níger.

Ao assistir o vídeo-documentário, que foi produzido e realizado pela produtora de vídeos paulista Animgrafs (www.animgrafs.com.br), o que se espera é que o espectador recupere o fio condutor de uma história

africana cuja trama se perdeu em nossa memória, obscurecida e minimizada pela angustiante lembrança da escravidão. A insistência na história desses poderosos Estados postos em ligação durante séculos pelas rotas comerciais do Saara tem uma finalidade didático-pedagógica imediata: desmistificar o estereótipo que associa diretamente todo aquele imenso continente com tambores, máscaras e tribos. Além disso, trata-se de tornar familiar para nós o extraordinário papel civilizatório do Islã e da cultura muçulmana na África.



Ilustração: Luciano Barbosa

Reconstituição da paisagem e arquitetura em argila percorrida pelo viajante.

RECURSOS ÁUDIO-VISUAIS



O vídeo-documentário é constituído pela articulação de sucessivas formas narrativas que, integradas, pretendem produzir algo novo e original a respeito dos conhecimentos gerais sobre os povos antigos do continente africano.

Essas sucessivas camadas narrativas reconstituem os poucos resíduos da cultura material a partir do testemunho escrito singular deixado pelo viajante marroquino.



A primeira das camadas é a do diretor e narrador do documentário, Jacy Lage, que, ao narrar as circunstâncias do trajeto, o contexto da viagem e o contexto histórico dos povos sudaneses, fornece ao espectador as linhas de rumo de uma história desconhecida, seja a da viagem, seja a do viajante, seja a dos povos visitados. Ao fazê-lo, ele assume parcialmente o lugar do historiador e do professor, a quem é atribuída a tarefa de informar e formar o conhecimento histórico.

A segunda camada, também de base textual, é a da voz atribuída ao viajante (interpretada pelo ator Luiz Henrique Rodrigues), que interpela o espectador em alguns momentos para narrar diretamente suas impressões pessoais. Estamos aqui diante de estratégias discursivas que têm a finalidade de conferir veracidade e densidade documental ao que está sendo mostrado na tela.

A terceira camada discursiva é de natureza icônica. A extensa e detalhada pesquisa iconográfica em fotografias, cartões postais antigos e ilustrações de livros de viagem procura dar os contornos daqueles povos e culturas desaparecidas, a partir de imagens deixadas por seus descendentes. Aqui está talvez o maior desafio do projeto, porque não há qualquer registro visual produzido no século XIV que represente o viajante e sua época. Foi preciso selecionar com critério e cautela imagens que expressassem algo daquele passado distante, mesmo que digam respeito a um momento (séculos XVIII-XIX) em que a grandeza do passado há muito estava perdida tanto no Marrocos quanto no Mali.

Por outro lado, essas imagens pretendem ter força suficiente para evocar as marcas das diferenças, nas tradições arquitetônicas, na vestimenta e nos artefatos culturais daquelas diferentes culturas postas em contato. As marcas da islamização, mais visíveis no imaginário marroquino, subsistem na área sudanesa adaptadas aos costumes locais, num vívido processo de sincretismo.

A excepcional capacidade da narrativa visual ganha maior importância com os recursos técnicos da animação das imagens e a animação dos mapas e ilustrações. No mesmo sentido, a criação artística procurou diminuir o vácuo do conhecimento, e certas passagens descritas pelo viajante foram desenhadas pelo ilustrador Luciano Barbosa. Mas os traços dessas ilustrações seguem de perto as informações deixadas textualmente, procurando dar-lhes a configuração visual que poderiam efetivamente ter.

Audiência pública com o Mansa (rei) do Mali quando da viagem de Ibn Battuta



RESULTADOS

Encerrado o projeto em 31 de dezembro de 2009, os materiais resultantes dele foram os seguintes:

1) Um vídeo-documentário de 26 minutos intitulado *Viajando pela África com Ibn Battuta*, que apresenta imagens, ilustrações e animações em 2D e 3D, trechos do relato deixado por Ibn Battuta, além de depoimentos de historiadores nacionais (Luiz Dario Ribeiro, da UFRGS; Silvio Marcus de Souza Correa, da UFSC; Jaime Rodrigues, da UNIFESP; Mário Maestri Filho, da UPF; Alberto da Costa e Silva, do IHGB e da Academia Brasileira de Letras) e internacionais (Khadim M'Backe, do Institut Fondamental de l'Afrique Noire – IFAN, da Université Cheikh Anta Diop, Dakar, Senegal; e Paulo Fernando de Moraes Farias, do Centre for West African Studies da University of Birmingham, Inglaterra). No menu do DVD estão ainda disponíveis um *making off* com cerca de 4 minutos que mostra o processo de produção da obra; e uma versão mais extensa dos depoimentos dos africanólogos e da equipe envolvida no projeto, com cerca de 60 minutos.

2) Um livro de 140 páginas destinado à consulta dos professores de ensino fundamental e médio intitulado *Viajando pela África com Ibn Battuta: subsídios de pesquisa*, com estudos de contextualização sobre as antigas civilizações africanas. O livro é constituído pelos seguintes artigos: Anderson Ribeiro Oliva. “Os africanos no Imaginário medieval. Notícias sobre a África entre os séculos VII e XVI”; Luiz Dario Ribeiro e Manoel José Ávila da Silva. “A África antes do século XV: os grandes reinos”; Rafael Farias de Menezes. “A África antes do século XV: as rotas e o comércio internacional”; Maria Eliane Caminha Leal. “Tuareg: os povos “azuis” do Saara: história de um povo nômade”; Beatriz Bíssio. “A viagem no medievo islâmico: o exemplo de Ibn Battuta”; José Rivair Macedo e Roberta Porto Marques. “Os povos do Mali vistos por Ibn Battuta”; José Rivair Macedo. “Nos domínios do Mansa do Mali” – entrevistas com africanólogos Khadim M'Backe e Paulo Fernando de Moraes Farias e finalmente, o artigo “O antigo Mali na Rihla de Ibn Battuta”. O livro foi editorado e diagramado pelo Projeto Editorial Vidráguas, de Porto Alegre, RS.

3) Um livro de 36 páginas destinado ao uso dos estudantes de ensino fundamental e médio intitulado *Viajando pela África com Ibn Battuta: suplemento de estudo*, com uma síntese do conteúdo do vídeo, trechos transcritos do relato de Ibn Battuta, trechos transcritos das entrevistas com africanólogos, estudo de contextualização e análise do conteúdo do relato, questões e atividades para o aprofundamento do conteúdo.

4) Uma página eletrônica destinada ao público em geral com informações gerais sobre o projeto, banco de imagens (ilustrações preparadas por Luciano Barbosa; cartões postais antigos do Mali e do Marrocos; ilustrações variadas sobre os povos africanos anteriores

ao século XVIII), banco de mapas (mapas antigos, desde o período medieval; e mapas atuais, alguns preparados pelo geógrafo Felipe Jorge Kopanakis e disponibilizados com sua devida autorização), os livros e o vídeo para *download*, além de referências bibliográficas para o estudo da História da África antes do século XVIII. A página eletrônica foi desenvolvida pela empresa BHZ Design, e encontra-se temporariamente hospedada no seguinte endereço eletrônico:

www.bhzdesig.com.br/clientes/ibnbattuta/

Todo o material será divulgado oportunamente pelo SECAD-MEC para as escolas públicas brasileiras, e o site será hospedado no portal *Domínio Público*.



Escultura em terracota datada dos séculos XII - XIV, encontrada em Oni, Ife (Museu das Antiguidades de Ife)



Cavaleiro nigeriano com armadura e lança.

(Ilustração do livro "Narrative of travels and discoveries in northern and central Africa", Dixon Denham (1822-1824))

¹ A partir do pré-roteiro que elaboramos e enviamos para a produtora foi estabelecido o roteiro, em parceria com Jacy Lage. Ao longo de quatro meses foram discutidas e rediscutidas 19 versões, até o estabelecimento da proposta definitiva do roteiro. ocultural.ufrgs.br.

NOTÍCIAS SOBRE O PROJETO NA IMPRENSA E NA WEB

Ionice LORENZONI. "Vídeo de Universidade gaúcha retrata a África do século XIV", *Portal do MEC*, 02/09/2009:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14245

Ionice LORENZONI. "Viajante marroquino é tema de vídeo sobre história da África"; "Vídeo sobre Battuta dirige-se a estudantes de 10 a 18 anos"; *Portal do MEC*, 03/02/2010:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15009

"Muslim scholar Ibn Battuta's writings to teach African history in Brazil". *ARMECE; Arab Media Center – From the Arab to the World*:

<http://www.armece.com/armece/readSpecial.php?special=172>

Isaura Daniel. "Ibn Battuta at Brazilian schools". *ANBA: Brazil-Arab News Agency*, 24/02/2010:

http://www2.anba.com.br/noticia_educacao.kmf?cod=9592185&indice=20

Isaura Daniel. "Ibn Battuta em escolas brasileiras". *ANBA – Agência de Notícias Brasil-Árabe*, 24/02/2010:

http://anba.achanoticias.com.br/noticia_orientese.kmf?cod=9548040&indice=30

Isaura DANIEL. "Brazil unearths a 14 century muslim o teach African History to children". *Brazzilmag*, 27/02/2010:

<http://www.brazzilmag.com/component/content/article/82-february-2010/11921-brazil-unearths-a-14-century-muslim-to-teach-african-history-to-children.html>

"Documentário sobre Ibn battuta é exibido em escolas". *Portal da PROEXT – UFRGS*, 27/07/2010:

<http://www.proext.ufrgs.br/news/documentario-de-ibn-battuta-e-exibido-em-escolas>

Dunya BULTENI; Haber MERKEZI. "Ibn battuta, Brezylia'da okullara giriyor". *Haberpan: Gundemi Talip Eder*, 03/03/2010:

<http://www.haberpan.com/ibn-battuta-brezilyada-okullara-giriyor-haber/>

"Muslim scholar Ibn Battuta's writings to teach African history in Brazil". *World Bulletin*, 03/03/2010:

<http://www.worldbulletin.net/index.php?aType=haberArchive&ArticleID=54970>

"Ibn Battuta's writings to form African History textbook & curriculum Brazilian schools". *Islam Today*, 17/03/2010:

<http://en.islamtoday.net/artshow-230-3540.htm>

"Documentário da UFRGS sobre a África será distribuído pelo MEC". *Zero Hora* (Porto Alegre), 06/05/2010:

<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2895330.xml>

"África reforça o currículo: documentário histórico produzido pela UFRGS será exibido em todo o Brasil". *Zero Hora* (Porto Alegre), 07/05/2010, p. 24.

Isabelle SOMMA. "Ibn battuta: três décadas na estrada". *Revista Aventuras na História* (SP), out. 2010, pp. 44-48 (Box com a síntese do projeto).



PROJETO UNIMÚSICA, O OUVINTE NÔMADE E A AMPLIAÇÃO DE REPERTÓRIOS

Lígia Antonela Petrucci

Coordenadora do Projeto Unimúsica - UFRGS

DESDE QUE FOI CRIADO, NO INÍCIO DOS ANOS DE 1980, EM PORTO ALEGRE, PELA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (PROEXT/UFRGS), O PROJETO UNIMÚSICA PASSOU POR DIFERENTES PROPOSTAS, FORMATOS E DESAFIOS. CONCEBIDO DENTRO DE UM CONTEXTO DE ABERTURA POLÍTICA NO PAÍS, TRAZIA COMO OBJETIVO A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE AMOSTRAGEM DA PRODUÇÃO MUSICAL DA PRÓPRIA UNIVERSIDADE. NO FUNDO, DE ACORDO COM SEU IDEALIZADOR,¹ HAVIA A PRETENSÃO DE DESFAZER O ABISMO EXISTENTE ENTRE A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UNIVERSIDADE – AINDA IDENTIFICADA COM O REGIME MILITAR – E A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA, CRIANDO-SE PARA ISSO UMA ROTINA DE CONCERTOS SEMANAIS NA REITORIA DA UFRGS.

//

O fato é que por uma série de razões, inclusive políticas, o projeto “decolou” logo depois das primeiras edições, já não podendo ficar restrito às formações próprias do âmbito acadêmico, como corais, orquestra juvenil e conjuntos de câmara.

Muitos jovens músicos, não necessariamente vinculados à universidade, queriam mostrar o que estavam criando e muitos outros jovens, sobretudo estudantes, queriam ouvir o que eles tinham a propor. O resultado não foi pequeno: muitos dos jovens músicos que estavam iniciando ali suas carreiras passaram a ser identificados como a “geração Unimúsica”. E o Unimúsica, por sua vez, passou a ser um projeto reconhecido por toda a sociedade.

//

Na transição de um momento ao outro, organizadores optaram por separar o Projeto Unimúsica em duas categorias distintas: o repertório erudito teria local e horário específicos no “Projeto Doze e Trinta” e, no espaço do Unimúsica, especificamente, caberia a música popular brasileira, de modo particular a canção. Um dos repertórios apresentados no “Projeto Doze e Trinta”, apresentado logo depois do almoço nos vários campi da Universidade, foi *Suíte para flauta e jazz piano*, de Claude Bolling, que lembro perfeitamente de ter assistido. Por outro lado, um dos espetáculos mais impactantes do Unimúsica no período foi a apresentação do compositor Nei Lisboa e banda, ao lado dos naipes de cordas e de sopros da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – OSPA.

Essa decisão, perfeitamente compreensível – sobretudo em um tempo ainda muito marcado por polarizações de toda ordem – produziu seus efeitos. Um deles, talvez o mais benéfico, foi a legitimação da música popular como campo de ação cultural em uma universidade pública. Podemos considerar que essa manifestação artística só recentemente passou a ser reconhecida como válida para os estudos universitários. Foi uma tentativa de superar o risco de se tomar de forma rasa o conceito de *música popular brasileira*, excluindo dele toda variedade e complexidade musical que de fato abriga; ou descartar a possibilidade de abrir espaço a outras músicas que o conceito não abriga.

Em trinta anos de existência, o projeto Unimúsica foi modificado, suspenso e retomado duas vezes, prosseguindo, com certa descontinuidade, em diferentes gestões da PROEXT-UFRGS.² Nos últimos anos, ele passou a incluir, em sua programação, não só projetos artísticos de várias partes do Brasil, como também de países vizinhos, o que se deu, em muitos casos, mais por questões financeiras do que estéticas. Ao mesmo tempo, passou a delinear programações anuais com diferentes temas ou formatos musicais, elaboradas a partir não apenas da ideia de dar a ver mais – nesse caso, ouvir – mas também da possibilidade de conhecer e refletir de um jeito diferente o universo musical. Cabe registrar que a programação, com variações de ano para ano, não se restringiu aos concertos, mas incluiu também, debates, seminários, oficinas, encontros com os artistas, entrevistas abertas, palestras, mostras de filmes e a publicação de pequenos catálogos.

Assim, por exemplo, a série *Piano e voz* (2004), além de fazer uso, no melhor dos sentidos, do magnífico piano Steinway que a UFRGS possui, tinha a intenção de mostrar a imensa contribuição deste instrumento para a música brasileira que frequentemente é mais associada ao violão. Já a série *Festa e folguedo* (2006) foi inteiramente dedicada a algumas das chamadas músicas tradicionais, como o maracatu, a ciranda, o coco e o frevo, trazidos da zona da mata pernambucana por “Siba e a Fuloresta” e pelo violeiro paulista Paulo Freire e seu mestre, Manoel de Oliveira, dentre outros músicos. O que estava em jogo, na proposta da programação da série *Festa e folguedo*, era a noção de que essas músicas, que muitas vezes estão distantes da nossa realidade, não são apenas reinvenções do passado, elas são também recriações do presente.

Na impossibilidade – e mesmo despropósito – de nos determos na variedade de todos os repertórios apresentados ao longo dos trinta anos do Unimúsica, tanto como expressão da diversidade de gêneros, estilos, instrumentações possíveis, quanto, em sua acepção estrita, como o conjunto de títulos interpretados em um concerto, voltamos nosso foco para um dos projetos artísticos programados. O espetáculo *Viagem de verão – canções e versões, de Schubert a Caymmi*, com Jussara Silveira, André Mehmar e Arthur Nestrovski³, integrou a série *Contrapontos*, de 2008, e traduziu, de forma quase emblemática, algumas das ideias que tento apresentar neste artigo. Idealizado para o Unimúsica a partir de *Schubertiade*⁴, projeto concebido pela pianista portuguesa Maria João Pires, *Viagem de verão* propõe ao ouvinte um percurso não linear, em que repertórios aparentemente tão distantes e distintos, como os dos *lieder* alemães do século XIX, vertidos para o português por Nestrovski, e das canções brasileiras dos séculos XX e XXI, encontram-se. Então, em uma fórmula muito próxima àquela sugerida por Goethe, aliás, também presente no repertório, de que “a arte é uma viagem ao

outro”, sugere-se, durante o espetáculo, a possibilidade de uma *outra* paisagem, ao mesmo tempo estranha e familiar. Assim explica Arthur Nestrovski:

// *Abendstern* (Schubert/Mayrhofer) pode virar *Estrela d'Alva*, ecoando uma das mais famosas marchas de carnaval [*As pastorinhas*, de] Noel Rosa e Braguinha, de 1938, citada já no primeiro verso, “a estrela d'alva no céu desponta”, que por sua vez ganha melancolias schubertianas. Na nova versão da famosíssima *Ständchen* (Schubert/Rellstab), “um sabiá na palmeira, longe” tropicaliza o rouxinol, aludindo ao antológico poema romântico de Gonçalves Dias (“Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá...”), por sua vez recriado, em tempos de exílio, por Tom Jobim e Chico Buarque, na canção *Sabiá*. O metafísico “gondoleiro” de Schubert/Mayrhofer virou um caymmiano “canoeiro” em português, com direito à citação de um verso do modernista Manuel Bandeira (“estão todos dormindo profundamente...”). E assim por diante: cada canção, enquanto viaja no tempo, entra agora também num outro espaço. Quem diria? O Brasil.⁵

As canções viajam no tempo e no espaço, e os ouvintes são convidados a viajar com elas por esse território de registros cruzados, em que ouvir Caymmi e Schubert/Goethe e Lupicínio e Schumann/Heine faz todo sentido. A malha de referências se completa com a parceria de Mehmari e Nestrovski, na canção que dá nome ao espetáculo. Composta a partir de outros temas de Schubert, *Viagem de verão*⁶, em sua cena central, fala justamente do deslumbramento de um viajante pela voz de alguém que canta, enquanto o rádio toca Schubert, em uma estação de trem do sertão.

Em dezembro de 2005, durante encontro com o grupo paulista Pau Brasil, promovido pelo Unimúsica no encerramento da série dedicada à música instrumental, o músico e produtor musical Rodolfo Stroeter, contrabaixista daquela formação, declarou, em certo momento, que a segmentação de públicos na música poderia ser considerada um “fato dado e irreversível”. Lembro com clareza do impacto que o comentário me causou e do desejo que senti, na época, de refletir sobre o assunto. Ainda que se constituísse como informação irrefutável no que diz respeito a uma tendência de comportamento de mercado, observável através de índices de audiência e de venda e fartamente teorizada, a frase, tal qual fora enunciada por Stroeter, sugeria para mim uma ideia de imobilidade (em que pese todo o conjunto de transformações e acomodações que ela trazia implicitamente) que eu não poderia aceitar de forma tácita. Ou seja, se a segmentação de públicos na música – aqui entendida como a adesão e perseverança do ouvinte a um gênero ou categoria de sua preferência (samba, jazz, rock ou instrumental, cancionero, regional) – é um fenômeno predominante na vida cultural de hoje, ela não se dá, no entanto, em termos absolutos.

Nos oito anos de atuação como coordenadora do Unimúsica (DDC/PROEXT/UFRGS) observei inúmeras vezes a surpresa entusiasmada de alguns espectadores diante de formas de música até então desconhecidas para eles. Não se tratava simplesmente da satisfação de passar a conhecer um novo artista ou uma nova canção, coerentes com seus gostos já adquiridos, mas da descoberta de um universo de possibilidades musicais consideravelmente distantes de seu “*território de admiração*”, expressão que tomo emprestada de Adorno⁷ e que vem bem ao encontro da formulação que esboço nesse artigo.



Em uma passagem do livro *A Cultura e seu contrário*, Teixeira Coelho traz a ideia de que, neste nosso mundo de intensos deslocamentos de pessoas, coisas, informações, criações, o território pessoal não pode mais ser concebido como um domínio fixo, mas como algo extensível, ampliável.⁸ A noção de mobilidade, que aqui é central, levou-me à lembrança do conceito de “espectador nômade” apresentado por Fernando Mascarello⁹, a propósito do espectador de cinema que se mostra à vontade para transitar por entre as mais diferentes cinematografias.

Passando do cinema à música, podemos considerar então que se há de fato o ouvinte que se mantém recluso em seu território de admiração, seja ele qual for, refratário a “qualquer diferença, a qualquer deslocamento de seu código de adoção”, nas palavras de José Miguel Wisnik,¹⁰ há, por outro lado, aquele que se dispõe à escuta múltipla, diversa. Este ouvinte, que, inspirada em Mascarello, chamarei de “nômade”, expande seus pontos de referência, substituindo a lógica da exclusão – algo como ou a música que conheço e que costumo ouvir ou nada mais – pela da adição: posso ouvir e apreciar Chopin e Zé Miguel Wisnik e Banda Mantiqueira e Velha Guarda da Portela e Vitor Ramil, e por aí afora, numa sucessão supostamente inesgotável, considerando-se a impressionante diversidade a que se pode ter acesso no presente.

A metáfora do nomadismo traduz uma das mais fortes características da nossa atualidade: a falência do sentido de uma identidade única, fixa, excludente e a passagem do sujeito contemporâneo a uma condição múltipla e movente. O *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*¹¹ apresenta, entre muitas e diferentes acepções da palavra identidade, duas eloquentes definições que me parecem potencialmente antagônicas. Acepção 1: *identidade é o estado do que não muda, do que fica sempre igual.* Acepção 2: *identidade é o conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa e graças às quais é possível individualizá-la.* Nada indica, nesta segunda acepção, uma ideia de fixidez. Pelo contrário, ela sugere movimento; circunstâncias passíveis de mudanças, que distinguem, individualizam, mas não definem.

Se transpusermos essa reflexão para o campo da música e da relação que estabelecemos com ela, podemos considerar que os gêneros, peças e canções que costumamos ouvir, desejamos ouvir, aprendemos a ouvir (ou que subitamente nos capturam) são aquelas com que, por um motivo ou outro, de uma forma ou outra, nos identificamos. E as identificamos como uma parte da nossa vida, às vezes por um tempo muito breve, às vezes quase pelo tempo da própria vida.



Nelson Coelho de Castro - Baile de carnaval - Série Festa e Folguedo - Unimúsica 2005

Recuperando, então, mais uma vez a expressão de Adorno citada anteriormente, essas músicas constituem o nosso “território de admiração”, um espaço simbólico, extensível, ampliável, no qual nossas múltiplas e sucessivas identidades poderão se acomodar ou desaparecer. E é justamente esse movimento de identificações sucessivas – ou simultâneas –, típico de um mundo plural, que permitirá a um mesmo ouvinte a adesão a formas heterogêneas de música. Embora, nos adverte Carlos Sandroni, não possamos esquecer que “a percepção de heterogeneidade ou homogeneidade musical, se depende dos sons em si mesmos, depende ainda mais do ouvido de quem ouve”.¹² Este ouvinte, sem artificialismo ou incoerência, poderá de fato apreciar Chopin e Zé Miguel Wisnik e Banda Mantiqueira e Velha Guarda da Portela e Vitor Ramil (muitos outros exemplos seriam igualmente válidos) mobilizando, para cada escuta, diferentes critérios ou diferentes gostos¹³ ou seja, mobilizando discernimento e sensibilidade¹⁴ em um processo constante – descrito por Teixeira Coelho, em diversos de seus textos e a partir das reflexões do filósofo iluminista francês Montesquieu sobre o gosto e a sensibilidade, como a possibilidade de “ampliação da esfera de presença do ser”. Para Teixeira Coelho, essa expressão instigante define, ao mesmo tempo, o maior compromisso que o ser humano pode ter consigo mesmo, a questão básica de toda ação cultural e o ponto central da arte.





Vitor Ramil - Série nas Palavras das Canções - Unimúsica 2007 - realizado no Salão de Atos da UFRGS

É difícil precisar o quanto a diversidade de repertórios que o Unimúsica busca apresentar – representada, nesse artigo, pelas diferentes canções que compõem o roteiro do espetáculo *Viagem de verão* – pode contribuir efetivamente para a ampliação do “território de admiração” ou, em outros termos, para a “ampliação da esfera de presença do ser” de cada um dos ouvintes/espectadores participantes do projeto. Talvez uma pesquisa futura, mais ampla e aprofundada, possa responder essa questão de forma mais apropriada. Por ora, no entanto, podemos supor que a aposta do Unimúsica em um ouvinte disponível ao novo, ao múltiplo, em parte se cumpre na relação apoiada no desejo de *passar a conhecer* que o núcleo de espectadores fidelizados (aproximadamente metade do público, segundo levantamentos recentes) parece ter com o projeto – e com a música. Mesmo considerando que os repertórios estão sujeitos a distintos modos de recepção, quer por suas características intrínsecas, quer pelas diferentes bagagens e experiências dos ouvintes, percebem-se como potencialmente presentes as condições para uma escuta atenta, aberta e crítica. E aqui uso a palavra crítica no belo sentido apresentado por Teixeira Coelho¹⁵: a capacidade de descobrir a medida do prazer que cada composição pode me proporcionar e toda a rede de associações, não só musicais, que posso construir a partir daí.



Oficina barabatuques
Série Percussionistas
Unimúsica 2010

Neste processo existe sempre um espaço possível para o deslumbramento, palavra praticamente banida de nosso vocabulário cotidiano e dos discursos sobre política cultural, cuja acepção figurada é definida pelo *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*¹⁶ como sendo a admiração viva por algo. Palavra que parece representar, no fim, o começo de tudo.

¹ Conforme depoimento do professor Ludwig Buckup, Pró-Reitor de Extensão da UFRGS entre os anos de 1980 e 1984, registrado em agosto de 2002.

² O projeto Unimúsica foi realizado primeiramente entre os anos de 1981-1985, retomado em 1989, a partir de 1993 ele se manteve de forma ininterrupta até os dias atuais.

³ Jussara Silveira é cantora, vive no Rio de Janeiro, e tem cinco discos solos gravados, sendo o mais recente *Entre o amor e o mar*, de 2008; neste mesmo ano participou do Programa Rumos Música, do Itaú Cultural, com o espetáculo *Viagem de verão*. André Mehmari é pianista, arranjador, compositor e multi-instrumentista, com arranjos e composições tocados pela Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo – OSESP e Quinteto Villa-Lobos. Dentre seus vários discos destaca-se *Piano e voz*, com Nã Ozzetti, projeto que estreou no Unimúsica, em 2004. Arthur Nestrovski, por sua vez, é violonista e compositor, e foi durante muitos anos articulista do jornal Folha de São Paulo e editor do *Publifolha*. Atualmente, Nestrovski é responsável pela direção artística da OSESP.

⁴ O espetáculo *Schubertiade* reuniu artistas de várias partes do mundo entorno da obra de Franz Schubert (1797-1828) e foi apresentado em diversas cidades da Europa. Entre os artistas brasileiros que participaram do projeto estavam Jussara Silveira e André Mehmari; as versões em português das canções interpretadas por Jussara foram criadas por Arthur Nestrovski.

⁵ NESTROVSKI, Arthur. *Sobre as canções de Schubert em português*. Disponível em: www.arthurnestrovski.com.br e www.difusaocultural.ufrgs.br.

⁶ Arquivo em MP3 da canção, registrada por Bruno Bertschinger no concerto do Unimúsica em 05 de junho de 2008, no Salão de Atos da UFRGS, disponível no site www.difusaocultural.ufrgs.br.

⁷ ADORNO, Theodor W. *Introducción a la sociología de la música*. Obra completa, 14. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

⁸ ACOELHO, Teixeira. *A cultura e seu contrário*. Cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

⁹ Tomei contato com a reflexão de Mascarello no início dos anos 2000, durante um debate sobre cinema promovido pela Sala Redenção – Cinema Universitário, no qual ele apresentou publicamente o conceito mencionado.

¹⁰ WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido. Uma outra história das músicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹¹ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹² SANDRONI, Carlos. Adeus à MPB. In: CAVALCANTE, Berenice; STARLING, Heloisa; EISENBERG, Jose (Org.). *Decantando a república. Inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

¹³ A palavra gosto pode ser entendida aqui, conforme sugere Teixeira Coelho em seu posfácio sobre a obra de Montesquieu, como a “faculdade de discernir características ou qualidades de objetos e fenômenos”. COELHO, Teixeira. Posfácio – Esboços do prazer (Ensaio de imperfeições). In: MONTESQUIEU. *O Gosto*. São Paulo: Iluminuras, 2005. p. 93.

¹⁴ Ainda segundo Teixeira Coelho (op. cit., p. 109), a partir de Montesquieu, sensibilidade “pode ser descrita como faculdade de experimentar, junto com cada ideia ou cada gosto, várias ideias ou gostos acessórios”.

¹⁵ COELHO, Teixeira. *A cultura e seu contrário – Cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008. feições). In: MONTESQUIEU. *O Gosto*. São Paulo: Iluminuras, 2005. p. 93.

¹⁶ Houaiss; Villar, op. cit..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. *Disonancias. Introducción a la sociología da música*. Obra completa, volume 14. Madrid: Ediciones Akal, 2009.
- ATTALI, Jacques. *Bruits*. Essai sur l'économie politique de la musique. Vendôme: PUF, 1977.
- BARENBOIM, Daniel. SAID, Edward W. *Paralelos e paradoxos: reflexões sobre música e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DIAS, Marcia Tosta. Indústria fonográfica: a reinvenção de negócio. In: BOLAÑO, César; GOLIN, Cida; BRITTOS, Valério (Org.). *Economia da arte e da cultura*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.
- CHION, Michel. *Música, media e tecnologias*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- COELHO, Teixeira. *A cultura e seu contrário*. Cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Editora Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.
- _____. Política cultural em nova chave – Indicadores qualitativos da ação cultural. In: *Revista Observatório Itaú Cultural* nº 03. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.
- _____. *Guerras culturais*. Arte e política no novecentos tardio. São Paulo: Editora Iluminuras, 2000.
- _____. *Posfácio – Esboços do prazer* (Ensaio de imperfeições). In: MONTESQUIEU, O Gosto. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IAZZETTA, Fernando. *Música e mediação tecnológica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.
- MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MAMMÌ, Lorenzo. Prefácio. In: JOBIM, Antonio Carlos. *Cancioneiro Jobim*. Rio de Janeiro: Jobim Music; Casa da Palavra, 2000.
- MASCARELLO, Fernando. Notas para uma teoria do espectador nômade. In: *Estudos de cinema: Socine II e III / Socine*. São Paulo: Annablume, 2000.
- MONTESQUIEU. *O gosto*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- NESTROVSKI, Arthur. *Notas musicais: do Barroco ao Jazz*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- _____. *Outras notas musicais: da Idade Média à Música Popular Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2009.
- NEVES, Paulo. *Mixagem*. O ouvido musical do Brasil. São Paulo: Editora Max Limonad, 1985.
- SANDRONI, Carlos. Adeus à MPB. In: CAVALCANTE, Berenice; STARLING, Heloisa; EISENBERG, Jose (Org.). *Decantando a república*. Inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- TATIT, Luiz. *Todos entoam*. Ensaio, conversas e canções. São Paulo: Publifolha, 2007.
- VICENTE, Eduardo. *Segmentação e consumo: a produção fonográfica brasileira – 1965/1999*. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, 2008.
- WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: Uma outra história das músicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *Sem receita: Ensaio e canções*. São Paulo: Publifolha, 2004.

ESTICANDO HORIZONTES: ASTRONOMIA E ARTE NO ENSINO DE DEFICIENTES VISUAIS

Claudia Vicari Zanatta
Instituto de Artes – UFRGS

Maria Helena Steffani
Instituto de Física e Planetário – UFRGS

Felipe Leão Mianes
Doutorando em Educação – UFRGS

Carlos Eduardo Galon da Silva
Instituto de Artes – UFRGS

O PRESENTE ARTIGO TRAZ
UMA REFLEXÃO SOBRE FRONTEIRAS
MÓVEIS, NO SENTIDO DE HORIZONTES QUE
SE DISTENDEM, E UTILIZA A PRODUÇÃO PRÁTICA EM
CERÂMICA COMO POSSIBILIDADE DE EXPRESSÃO CRIATIVA
E COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL
DIDÁTICO PARA ENSINO DE ASTRONOMIA A DEFICIENTES VISUAIS.
SE, POR UM LADO, HORIZONTES INDIVIDUAIS SÃO AMPLIADOS E
MODIFICADOS PELO LUGAR EM QUE SÃO GERADOS E PELO
RELACIONAMENTO COM AS OUTRAS PESSOAS, A ASTRONOMIA, ASSIM
COMO A ARTE, DESPERTA O INTERESSE DE TODAS AS PESSOAS EM TODOS
OS LUGARES DO MUNDO. AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS ATRAVÉS DE
UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR, QUE ALIA ARTE E CIÊNCIA NO
PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “CERÂMICA E INCLUSÃO” COM
UM GRUPO DE VIDENTES E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL EM
DIFERENTES GRAUS, GERARAM UM NOVO OLHAR SOBRE A NOSSA
PRÁTICA PEDAGÓGICA E INVESTIGATIVA. ESTE TRABALHO
PROPÕE NOVAS FORMAS DE VER MESMO PARA AQUELES
QUE NÃO PODEM ENXERGAR, FAZENDO ARTE
COM CIÊNCIA E FAZENDO DA CIÊNCIA
UMA ARTE.

Introdução

Iniciamos falando em fronteiras porque trabalhamos com a noção de horizonte. Falar em fronteiras implica tratar de limites, mas também de encontros. As fronteiras que estudamos e que vamos abordar neste artigo são móveis. Interessa-nos estudar nelas especialmente seus pontos de contato.

Uma fronteira móvel pode ser um horizonte. Horizontes são como linhas imaginárias geradas pelo encontro do céu com o mar ou com a terra. O horizonte, embora nos estimule a caminhar, nunca é alcançável porque quanto mais caminhamos em sua direção, mais ele se afasta. Não bastasse o horizonte distender-se por si mesmo, o poeta Manoel de Barros inventou o que chamou de “o esticador de horizontes”. Para que serviria esticar horizontes?

Esticar um horizonte quem sabe sirva para distender limites até rompê-los. Esticar é trabalhar com algo flexível (algo que possa ser distendido, estendido). Esticar é buscar ampliar possibilidades que não estão sendo utilizadas em toda sua potencialidade; potenciais que nem sabemos existir. Um horizonte esticado não necessariamente precisa ser linear, horizontal. Pode ser uma linha curva, pode tocar outros horizontes. Pode também ser um movimento de prospecção, por exemplo. Horizontes são gerados a partir de diferentes mãos, diferentes olhares, um horizonte perto, longe, alto, ao pé do chão, inalcançável. Um horizonte é sempre uma questão de olhar. Às vezes esse olhar é tocar, ver com outros olhos, ver até mesmo sem os olhos. Como é o horizonte de quem não enxerga? É algo logo ali mesmo adiante, ou aqui mesmo agora? O fato de que os horizontes individuais são ampliados e modificados pelo lugar em que são gerados e pelo relacionamento com as outras pessoas pode fazer com que perguntemos quem somos e como nos colocamos no mundo. O importante é que um horizonte indica um ponto de vista a partir de uma determinada perspectiva.



O ambiente da Oficina Cerâmica e Inclusão que acontece no atelier de Cerâmica do Instituto de Artes.

Desenvolvimento

As pessoas com algum tipo de necessidade especial eram consideradas até o século XVIII como inválidas, incapazes de realizar qualquer função produtiva e, portanto, ficavam excluídas socialmente. Somente mais tarde, no século XIX, medidas foram tomadas para tratar do assunto com a criação das primeiras escolas exclusivas para alunos especiais. Em 1970, aconteceu em Quebec a I Conferência sobre os direitos das pessoas com deficiência, tendo como metas a inserção social, escolar e de direitos às políticas públicas que lhes proporcionassem igualdade de direitos sociais e de acesso ao convívio em sociedade.

Em 1990, em uma conferência organizada pela ONU – *Educação para Todos* – e na Conferência Mundial de Educação Especial, em 1994, na Espanha, cidade de Salamanca, a função das escolas especiais foi revista e apresentou-se como princípio básico promover a inclusão das pessoas com necessidades especiais em instituições regulares de ensino, sem nenhuma distinção.⁴ Assim, na busca para se adequar às novas leis de inclusão de pessoas com deficiência ao ensino superior e atendendo demandas da comunidade, surgiu o projeto de extensão universitária chamado “Cerâmica e Inclusão”. Tal projeto, desde abril de 2009, aborda a inclusão de deficientes visuais no Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por meio de um curso na área da cerâmica do qual participam videntes e portadores de deficiência visual em diferentes graus.

A ação de extensão “Cerâmica e Inclusão” procura aproximar cegos e videntes do ambiente universitário, tendo como foco inicial a arte. Ao receber os alunos cegos para o curso, constatamos que os mesmos haviam tido pouco ou nenhum contato com espaços universitários. Nenhum dos alunos havia estado antes no Instituto de Artes, sendo essa aproximação uma experiência nova. O grupo é muito heterogêneo – há cegos, dentre os quais alguns lêem em Braille e outros que necessitam de materiais com letras ampliadas. Quanto à faixa etária, variam de 16 a 60 anos. O grau de escolaridade também é variável; nenhum dos deficientes visuais tem curso superior completo, tendo em geral escolaridade média.

Na ação utilizamos a produção plástica em cerâmica como possibilidade de expressão criativa. Tal atividade ocorre em um campo relacional. Ao curso estão vinculados quatro bolsistas e um professor que atuam por meio da metodologia da pesquisa-ação, abordando sensorialidades não somente específicas da visualidade, e sim, realidades perceptivas que ocorrem mediante tato, audição, olfato, enriquecendo sobremaneira o conhecimento do que se entende por percepção.

Há cerca de dois anos, em nossa prática como educadores passamos a trabalhar com alguns deficientes visuais. Tal contato nos levou a perguntar: - qual a noção de horizonte para um deficiente visual? Provavelmente diferentes pessoas nos dariam respostas distintas. O fotógrafo cego Eugen Bavcar, por exemplo, afirma que “o meu horizonte é até onde eu posso tocar”.² Esticando um pouco essa ideia de horizonte tocável, é possível termos novos horizontes a partir dos demais sentidos como o olfato e a audição, já que estes nos conferem a possibilidade de experimentar novas e diferentes vivências, refletir sobre a finitude – ou não – de nossos horizontes mesmo com uma determinada limitação física como no caso dos sujeitos com deficiência visual. É do horizonte como um encontro gerado a partir de diferentes pontos de vista (às vezes, vistas táteis) que vamos tratar neste artigo, relacionando a possibilidade de ampliação desta linha imaginária à nossa atividade no Instituto de Artes e no Planetário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Tal atividade envolve arte e astronomia.

O interesse e o fascínio pela astronomia e a arte são inerentes ao ser humano, independentemente da sua idade, seu grau de escolaridade ou sua condição física. No caso da astronomia, o céu parece ser um limite, mas é um horizonte que se amplia cada vez mais na medida em que novos instrumentos são criados para perscrutar o Universo. No caso da arte, as práticas contemporâneas distenderam seus limites a um ponto em que não conseguimos mais ter uma definição para o que seja arte.

Os portadores de baixa visão e cegos não são imunes ao fascínio que a astronomia e a arte exercem e, assim como buscamos ampliar nossos horizontes através do ver/conhecer, eles podem enxergar/conhecer as belezas do Universo e desenvolver práticas artísticas, desde que sejamos capazes de construir com eles atividades apropriadas. Atualmente o desenvolvimento de atividades de ensino de astronomia e arte adaptadas às pessoas com deficiência visual tem criado estratégias para observação e identificação do céu adaptadas às pessoas com deficiência visual e para a prática de atividades artísticas.³

Em 2010, o grupo de deficientes visuais que participa da ação de extensão foi convidado a visitar o Planetário da UFRGS. Na ocasião, os alunos ouviram o áudio do programa “Jornada no Sistema Solar” e participaram de uma atividade interativa intitulada “A Terra como um grão de pimenta”, que explora a representação, em escala, dos tamanhos dos planetas e das distâncias entre suas órbitas. O grupo manifestou enorme interesse sobre diversos tópicos de astronomia, sendo um deles a Lua, como exemplificado pelas questões a seguir. Como é a superfície lunar? É verdade que a Lua apresenta sempre a mesma face virada para a Terra? E como é a face oposta? Por que ela exibe fases e o que isso significa? Qual é a aparência diária da Lua?

Para tratar essas e outras questões de forma significativa para os deficientes visuais são necessários recursos didáticos específicos, não disponíveis no mercado. Com o objetivo de criar materiais de apoio didático para o ensino de astronomia e de ciências para deficientes visuais são realizadas experiências e discussões durante os encontros semanais com o grupo no Atelier de Cerâmica do Instituto de Artes, utilizando-se uma linguagem apropriada e que respeita as diferenças entre os participantes sem, contudo, incorrer em erros conceituais ou imprecisões científicas. A metodologia de trabalho implica que os próprios deficientes visuais participem na elaboração dos materiais didáticos, a partir de uma percepção diferenciada.



Aula envolvendo arte e ciência, ministrada pela Profª Maria Helena na Oficina “Cerâmica e Inclusão”.

A vontade manifestada pelo grupo de “ver” como a Lua se apresenta diariamente no céu deu origem ao planejamento e confecção de um calendário lunar. A figura 3 mostra o calendário lunar confeccionado para o mês de outubro de 2011, em que a Lua foi representada por círculos inteiros de EVA liso, colados sobre um pedaço de feltro preto, com os dias da semana e do mês identificados em Braille. Para representar a parte iluminada da Lua, colou-se sobre cada “lua” recortes de EVA com textura para facilitar a percepção tátil dos deficientes visuais. Analogamente foram produzidas “luas” em cerâmica, nas quais a parte iluminada da sua superfície foi destacada com o uso de tinta texturizada facilitando, assim, a percepção tátil. Nessa metodologia de trabalho, os próprios deficientes visuais participaram na elaboração do calendário, a partir de uma percepção diferenciada.

Com um foco interdisciplinar, o trabalho de elaboração compartilhada de material didático para o ensino de astronomia a deficientes visuais alia o ensino não formal de astronomia praticado no Planetário com as competências e habilidades desenvolvidas pelos deficientes visuais em oficinas de criação artística no Atelier de Cerâmica do Instituto de Artes. Trabalhamos em uma relação horizontal na qual todos aprendemos juntos.



O estudante Luis da Silva (com baixa visão) aprendendo as fases da Lua com o calendário lunar elaborado no Projeto Astronomia com Arte.



Planetário Prof. José Baptista Pereira - Prorext / UFRGS

Conclusões

A partir de experiências diversas que aliam arte e ciência, nosso trabalho passou a solicitar que olhássemos nossa prática com olhos diferentes, a partir de outros pontos de vista, muitas vezes, a partir do ponto de vista dos deficientes visuais, o que implica em sairmos do que já julgamos conhecido para arriscarmos a ver a nós mesmos e o que nos cerca mediante outras percepções.

Aprendemos muito mais do que ensinamos nos encontros em sala de aula. Aprendemos, por exemplo, que tanto quanto respeitar diferenças, os participantes reivindicam a diferença que gera a complexidade dos

distintos modos de estar, perceber, sentir e construir o mundo. É nesse contexto de aprendizagens que observamos quais são as relações entre arte e ciência, que produzimos métodos e estratégias pedagógicas geradas a partir de um contexto tão específico de trabalho. Os encontros entre diferentes pontos de vista são convites à descoberta de diversas formas de relacionarmos arte e ciência para estudar conceitos e viver melhor com o outro, convivermos. Perguntamos que contrapontos existem entre nossa prática e processos pedagógicos tradicionais. Indagamos também que tipo de cidadãos, arte e ciência podemos formar quando trabalhando em conjunto.

É através da transformação da matéria em algo criativo que geramos o que ainda não existe e pensamos, re-pensamos, criamos, re-criamos cultura e cidadania. Vencemos barreiras e “esticamos” nosso próprio horizonte. Ao compartilharmos as diferenças e conviver com os sujeitos considerados diferentes em suas nuances, percebemos o quão produtivo pode ser transpor certas barreiras impostas por nosso cotidiano que por vezes nos coloca a ciência como algo hermético e desinteressante. Ao propormos novas formas de ver mesmo para aqueles que não podem enxergar, estamos re-construindo novas pontes, intersecções entre o conhecimento acadêmico e o cotidiano, estamos fazendo arte com a ciência, e fazendo da ciência uma arte.

Se algumas das funções da arte são resistir, subverter e transgredir, podemos então propor novos e diferentes horizontes, além dos pontos de vista pelos quais os pensamos. Por outro lado, para Bavar, o astrônomo é como o cego, não enxerga com seus próprios olhos o que vê em seu trabalho e mesmo assim consegue estabelecer uma série de conhecimentos e de possibilidades de vida. Portanto, talvez, mais do que enxergar os horizontes, seja mais interessante reconstruí-los a cada momento, esticá-los a cada nova vivência, vê-lo, contemplá-lo para poder questioná-lo ao invés de apenas persegui-lo. Nossa prática tem nos ensinado que é no encontro com o horizonte do outro que nosso próprio horizonte é “esticado”, ampliado. Esse encontro revela também a própria incompletude de nosso olhar.

Finalmente, conforme o poema de Manoel de Barros, inventor do “esticador de horizontes”, com o qual iniciamos o artigo:

“

“Bernardo é quase árvore.

Silêncio dele é tão alto que os passarinhos ouvem de longe.

E vêm pousar em seu ombro.

Seu olho renova as tardes.

Guarda num velho baú seus instrumentos de trabalho:

1 abridor de amanhecer

1 prego que farfalha

1 encolhedor de rios — e

1 esticador de horizontes.

(Bernardo consegue esticar o horizonte usando três fios de teias de aranha.

A coisa fica bem esticada.)

Bernardo desregula a natureza:

Seu olho aumenta o poente.

(Pode um homem enriquecer a natureza com a sua incompletude—)”

”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____

BARROS, Manoel. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1984.

BAVCAR, Evgen. *Memória do Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

“DECLARAÇÃO DE SALAMANCA - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

JARDIM, João; CARVALHO, Walter. *Janela da alma* (documentário). Brasil, 2001.

ORTIZ-GIL, A., BLAY, P., CALVENTE, A. T. G., GÓMEZ, M., GUIRADO, J. C., LANZARA, M., NÚÑEZ, S. M. *Astronomical activities with disabled people*. Proceedings Internacional Astronomical Union, n.260, p. 490 – 493, 2009.

MASINI, Ecie F. S. A educação do portador de deficiência visual: as perspectivas do vidente e do não vidente. In: *Em Aberto*, ano 13, n. 60, p. 60 – 77, out/dez., 1993.

OFICINA DE INDICADORES SOCIAIS COM ÊNFASE EM RELAÇÕES RACIAIS: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Marcelo Paixão
Instituto de Economia – UFRJ

Sandra Ribeiro
Pesquisadora do LAESER – UFRJ

O objetivo deste artigo é refletir sobre a *Oficina de Indicadores Sociais: ênfase em relações raciais (adaptada à Lei 10.639/03)*, doravante, referida somente como *Oficina*, experiência de proposta pedagógica desenvolvida como curso de extensão pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAESER/IE/UFRJ).



A *Oficina* é destinada à formação inicial para leitura de indicadores sociais visando potencializar a análise crítica sobre as desigualdades de cor ou raça e de gênero no Brasil. O público-alvo da iniciativa são professores da rede básica de ensino do Rio de Janeiro, estudantes de graduação e pós-graduação, ativistas, colaboradores e profissionais de movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e formuladores de políticas públicas.

Como tal pode-se dizer que o curso tem por objetivo primordial a disseminação de cultura estatística junto aos seus beneficiários, no caso, os afrodescendentes e os ativistas da causa antirracista no Brasil.

De igual modo, o LAESER busca desenvolver a *Oficina* tendo em vista suas próprias iniciativas de estudos e pesquisas, que, assim, devem servir como referência principal para o desenvolvimento das atividades. Destes, existem três instrumentos especialmente relevantes para o desenvolvimento do curso: “Fichário das Desigualdades Raciais” (disponibilizado gratuitamente no portal do LAESER www.laeser.ie.ufrj.br); o boletim eletrônico mensal de acompanhamento das desigualdades raciais no mercado de trabalho metropolitano brasileiro sob o título de “Tempo em Curso”; e o “Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil”, que teve seu segundo número publicado em 2011.

A *Oficina*, em suas primeiras cinco turmas realizadas entre 2009 e 2010, foi viabilizada através de parceria com o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC). Este apoio se deu através do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO), cujo principal ação residia na dotação de recursos aos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (NEABs) e correlatos, localizados em instituições Federais e Estaduais de educação superior, visando à implementação da Lei 10.639/03. No primeiro semestre de 2011, o curso recebeu apoio financeiro da UFRJ.



A *Oficina* dialoga com a Lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos africanos e afrodescendentes no Brasil. As atividades pedagógicas desenvolvidas pelo LAESER têm por referência a dinâmica das desigualdades sócio-raciais em seus diversos planos, dentre outros: o acesso ao sistema educacional e de atendimento à saúde, mercado de trabalho, bens e serviços públicos, incidência da pobreza e violência, entre outros aspectos relevantes de nossa realidade social.



Inquietações: Indicadores Sociais enquanto ferramenta pedagógica.

Na execução do curso, deparamos com diversos desafios. O primeiro deles foi o de abordar a situação de desvantagem, crônica e estrutural, da população afrodescendente através de indicadores sociais, sem que seu escopo viesse a reforçar antigos estereótipos que naturalizam a pobreza. A compreensão corrente de que as desvantagens daquele grupo ocorreriam antes por razões naturais (nos quais aqueles que se encontram em piores condições acabem sendo responsabilizados pela sua própria situação), do que produtos de uma prática social que consagra e congela assimetrias.

Dito em outras palavras, o primeiro cuidado a ser tomado quando do processo de organização das *Oficinas* é o de não naturalizar as próprias desigualdades, procurando-se mostrar que as mesmas são geradas por práticas sociais que as perpetuam em nome dos interesses de determinados grupos dominantes no seio da sociedade brasileira. Neste sentido,

“o ponto de partida do curso é que as desigualdades são produto de padrões de relações raciais que atuam no sentido de manter uma ordem social no qual os afrodescendentes se vêem cronicamente relegados às posições sociais mais desvalorizadas, tanto em termos socioeconômicos, como em termos simbólicos.”

Neste sentido, a *Oficina* busca atuar em prol da elevação da autoestima dos afrodescendentes. O uso dos indicadores sociais desagregados pelos grupos de cor ou raça permite uma compreensão mais nítida da estrutura social brasileira, na qual ocorre uma não coincidente convergência entre as linhas de cor e de classe. Assim, além de procurar desnaturalizar as assimetrias encontradas, objetiva-se construir junto aos alunos e alunas uma perspectiva crítica de entendimento da sociedade brasileira, na qual os extremados abismos sociais se articulam com o “racismo à brasileira”, tornando a situação social dos afrodescendentes ainda mais difícil na disputa por melhores condições sociais.

Em segundo lugar, também faz parte dos desafios da *Oficina* a construção do conhecimento coletivo entre profissionais de diferentes áreas de atuação, e dentro de uma perspectiva interdisciplinar. Esta questão engloba uma premissa (nem sempre confirmada) de que os profissionais de educação e demais participantes estarão abertos para reflexões alternativas às usuais e que se sintam motivados a conhecer e/ou descobrir modos diversos de operar.

Em terceiro lugar,

“o desenvolvimento da *Oficina* revelou o imenso desafio de enfrentar as dificuldades dos discentes com a área das ciências exatas, posto uma deficiência de formação que na realidade se inicia no ensino básico. Ora, parece óbvio que, num curso de extensão dedicado aos indicadores sociais, o uso da matemática e da estatística seja quase uma derivação natural, tendo em vista seu conteúdo.”

Mas o fato é que muitas vezes os participantes da *Oficina* revelam grandes dificuldades com estas ferramentas, já trazendo esta resistência dos tempos de sua formação escolar.

Este problema vem nos colocando a questão da busca do encontro de mecanismos que possam tornar mais palatáveis conteúdos difíceis para a população em geral e para o nosso público-alvo em particular. Assim, tal problema vem tendo de ser enfrentado a cada momento através da construção de aportes pedagógicos mais apropriados, que, concomitantemente, não nos leve a abrir mão nem do uso da matemática e da estatística do curso, nem dos participantes da *Oficina* e suas efetivas e inevitáveis lacunas de formação, que deverão ser enfrentadas.



Formatura da Oficina de Indicadores Sociais

Cabe apontar que se por um lado os indicadores sociais se revelam um importante instrumental para a análise crítica da realidade das desigualdades sócio-raciais no Brasil, por outro, a *Oficina* visa superar uma interpretação puramente positivista destes dados, como se fosse possível que estes falassem por si mesmos. Deste modo, no curso de extensão do LAESER, os participantes são convidados a refletir sobre aspectos fundamentais da construção das ciências sociais no país, tais como os marcos teóricos existentes de compreensão da dinâmica das assimetrias sociais, de gênero e cor ou raça; bem como, sobre algumas passagens clássicas sobre as relações raciais no Brasil e sobre os novos temas das ações afirmativas e do multiculturalismo.

O curso de extensão e os indicadores sociais

O eixo estruturante da *Oficina* é a capacitação para leitura crítica da realidade social da população brasileira desagregada pelos grupos de cor ou raça, através do uso de Indicadores Sociais. No curso, são utilizados os censos e pesquisas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), tais como, por exemplo, as pesquisas amostrais (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD; e Pesquisa Mensal de Emprego – PME), os estudos produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, como o Sistema Nacional de Avaliação Básica (SAEB), e o acesso ao Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Educação, dentre outras fontes.

“ Tal como já mencionado, a *Oficina* igualmente faz uso dos produtos e resultados de pesquisa do próprio LAESER, como o “Relatório Anual das Desigualdades Raciais”, o “Tempo em Curso” e, especialmente, o “Fichário das Desigualdades Raciais”. Na verdade, a publicação do “Fichário” corresponde à principal interface entre as pesquisas e os cursos de extensão realizados pelo Laboratório. Ele foi desenhado tanto para o auxílio aos estudos realizados correntemente, como para que seja de simples manuseio, assim podendo ser facilmente utilizado pelo nosso público beneficiário, especialmente os participantes da *Oficina*. ”

Nossa proposta inicial é levar ao conhecimento dos participantes a existência dos indicadores sociais, sua importância, o conceito de cada um deles. Posteriormente, parte-se para a tentativa de habilitar os discentes a descobrir suas opções metodológicas e conceituais, descobrir seu próprio formato na aplicação dos indicadores. Ao final, espera-se que os alunos e alunas tenham condições de desenvolver um pequeno estudo baseados nos indicadores sociais que serão apresentados na forma de uma monografia de conclusão de curso.

Os principais eixos temáticos do curso são de duas categorias:

a) **Caráter formativo:** busca disponibilizar informações sobre os marcos teóricos construtores das desigualdades e discriminação de cor/raça e gênero; passagens clássicas do pensamento social brasileiro sobre desigualdades sócio-raciais, bem como sobre importantes temas correlatos como o das ações afirmativas, do multiculturalismo.

b) **Caráter instrumental:** tem por objetivo pensar coletivamente os métodos de ensino a serem aplicados no cotidiano escolar, nas diversas disciplinas, com o uso dos indicadores sociais. Nesta parte do curso é onde se coloca a questão de como utilizar os indicadores sociais nas atividades formativas na sala de aula, especialmente levando-se em consideração a Lei 10.639/03.

Elementos articuladores:

A dinâmica desenvolvida na Oficina tem o caráter formativo e objetiva articular os estudos dos indicadores sociais com as correspondentes teorias que tentam explicar o processo de construção das assimetrias de classe, gênero e cor ou raça. Já as atividades reportadas à parte instrumental visam dotar os participantes de capacidade de reprodução destes conhecimentos adquiridos para públicos mais amplos.

A *Oficina* igualmente abrange atividades interativas com os participantes, onde se espera gerar um espírito de coletividade e identidade de grupo entre os mesmos. Estas atividades abrangem atividades como os passeios pedagógicos/étnicos; os seminários temáticos; e os fóruns de debates na *Internet* (embora, neste caso, ainda prejudicados pelas dificuldades burocráticas da UFRJ para o desenvolvimento desta ferramenta entre os cursistas).



Formatura da Oficina de Indicadores Sociais

Mais uma vez se acentua o fato do curso de extensão agregar em um mesmo espaço, profissionais de diversas áreas, viabilizando as trocas e enriquecendo, portanto, os debates e as discussões. Nesta lógica, o curso prevê a apresentação/atividade em que os discentes possam expor as práticas bem sucedidas, os planejamentos, os sonhos, descobertas, desafios, portanto, um espaço, sobretudo de socialização e discussão dos saberes acumulados e adquiridos no decorrer da *Oficina*.

Considerações finais

A *Oficina de Indicadores Sociais* corresponde a uma iniciativa realizada pelo LAESER visando à disseminação de cultura estatística junto à sociedade civil brasileira. O seu objetivo é estimular a capacidade de uso desta ferramenta de análise da realidade social, assim como o desenvolvimento de ações pedagógicas em atividades de formação, especialmente dentro da sala de aula das escolas do ensino básico do Rio de Janeiro.

Os números podem ser usados para pensar a realidade social da população brasileira. Como assevera Jannuzi (2001), deve-se levar em consideração que os dados da realidade possuem significado social capazes de operacionalizar um conceito social abstrato e que, sem os quais, importantes aspectos da realidade ficariam impossibilitados de serem minimamente expressados. Como tal os indicadores podem ser úteis para viabilizar o monitoramento das condições de vida e bem-estar por parte do poder público e da sociedade civil, isso para além da produção das denúncias e alertas sociais, necessários tendo em vista os ainda precários dados sociais da população brasileira, especialmente o contingente afrodescendente.

Por outro lado, nunca é demais insistir na tentativa de humanizar os dados, que às vezes podem soar um tanto frios e distantes. O fato é que por detrás de cada indicador social existem pessoas que têm sonhos, esperanças, projetos que muitas vezes são abortados tão somente por causa de sua cor ou raça e sexo.

A *Oficina* utiliza as pesquisas populacionais, sobretudo sobre as condições da população preta e parda no Brasil, para disseminar um conhecimento mais acurado de nossa realidade social. Assim, apostamos no esforço de se construir uma ferramenta que opere em prol da formação da cidadania, especialmente junto aos contingentes historicamente discriminados em nosso país.

Na execução do curso de extensão, vivenciamos as inquietações de todos os docentes, que é a dúvida ou angústia de saber se as iniciativas implementadas foram suficientemente entendidas pelos participantes da *Oficina*, e se estas chegaram a efetivamente se constituir enquanto elemento relevante em suas vidas no plano profissional, acadêmico, pedagógico, social e ativista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JANUZZI, Paulo de Martinho. *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas/SP: Editora Alínea, 2001.
- KABENGELE, Munanga (Org.). *Superando o racismo na escola*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.
- PAIXÃO, Marcelo. *A dialética do bom aluno: relações raciais e o sistema educacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz Marcelo (Org.). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2007-2008*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.
- SOARES, Sergei, et all. *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.



INTERVENÇÃO
INTERDISCIPLINAR
EM COLETIVOS:

VULNERABILIDADE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Henrique Caetano Nardi
Departamento de Psicologia - UFRGS

Raquel da Silva Silveira
Centro Universitário Ritter dos Reis

Este artigo apresenta uma ação de extensão desenvolvida entre o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Núcleo de Relações Comunitárias do Curso de Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Nesse sentido, desde 2005, desenvolvemos atividades interdisciplinares de extensão nas temáticas da violência doméstica e familiar contra a mulher na cidade de Porto Alegre.

“ A violência doméstica praticada contra a mulher é exemplo claro de violação da dignidade humana e dos direitos fundamentais. Em vista da situação de hipossuficiência e discriminação sofrida pelas mulheres em várias partes do mundo, foi necessário elaborar um sistema especial de proteção dos seus Direitos Humanos, por meio de convenções e pactos internacionais. Em que pese formalmente o Brasil estar comprometido com a promoção da igualdade entre os gêneros, com a luta contra o preconceito e a discriminação, e contra as desigualdades sociais e a Violência Doméstica, materialmente ainda há um longo caminho a ser trilhado. ”

Exemplo disto foi a promulgação da Lei 11.340, de 2006, que “homenageou” Maria da Penha Maia Fernandes por tratar-se de mais uma das vítimas emblemáticas da violência doméstica no Brasil. Esse caso teve tamanha repercussão, que, em abril de 2001, a Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil a editar legislação específica para disciplinar a violência doméstica, responsabilizando o Estado Brasileiro por negligência e omissão em relação a este tipo de violência. Graças à pressão exercida por parte da OEA, o Brasil passou a cumprir as Convenções e Tratados Internacionais dos quais era signatário e ratificou a “Lei Maria da Penha” (DIAS, 2007, p.33).

Nesse contexto, a “Lei Maria da Penha” representou uma proposta de mudança cultural e jurídica

a ser implantada no ordenamento jurídico brasileiro, da qual a academia não podia ficar alijada. Em 2008, acompanhamos as audiências itinerantes do Juizado de Violência doméstica e familiar contra a mulher nos fóruns regionais de Porto Alegre, tendo sido atendidas 219 famílias. Em 2010, houve a troca na direção do referido Juizado, passando a ter um caráter mais punitivo, o que nos levou a deslocar nossas atividades para Delegacia da Mulher. No local, realizamos atendimentos às mulheres antes do preenchimento do Boletim de Ocorrência (BO), em que se têm

Desta forma, depois da execução das atividades extensionistas, as mulheres atendidas são questionadas sobre a possibilidade de utilizarmos suas informações para a pesquisa referida. No final de 2010, recontratamos com a Delegacia da Mulher a continuidade desta ação, em virtude do reconhecimento de que esse encontro com a Universidade promove espaços de reflexão nas práticas instituídas das organizações públicas. Aliado a isso, acreditamos ser importante que a temática da violência de gênero intrafamiliar seja discutida em espaços de extensão universitária a fim de contribuir

atendido uma média de 15 mulheres por semana. Em parceria com o Juizado, aplicamos um instrumento de coleta de informações sobre a situação de risco da mulher, para que seja anexado ao Boletim de Ocorrência, em virtude das escassas informações que chegavam ao Judiciário no preenchimento dos referidos BOs da Delegacia da Mulher.

para a construção de políticas públicas que assegurem uma nova forma de relacionamento social.

O objetivo geral desta ação é formar um espaço de construção e troca de conhecimentos entre a academia, o Poder Público e a comunidade, que se preocupe com as temáticas da violência doméstica e familiar. Os objetivos específicos são: o aprimoramento de uma metodologia de atendimentos interdisciplinares a mulheres vítimas de violência que procuram a Delegacia da Mulher; o desenvolvimento de instrumentos de coleta de informações sobre o risco das situações de violência em que as mulheres estão envolvidas; o desenvolvimento de instrumentos de coleta de

Desenvolvemos uma metodologia de assessoria psicojurídica a mulheres em situação de violência doméstica, no sentido de fortalecimento das mesmas e conhecimento dos seus direitos. Essa ação de extensão está articulada com uma pesquisa que investiga as relações entre gênero e raça/cor nas situações de violência doméstica.

informações qualitativas sobre a trajetória de vida das mulheres e suas expectativas quanto a possibilidade de rompimento com as situações de violências, bem como a construção de uma metodologia específica de oficinas para problematização da violência de gênero.

“ A metodologia de trabalho está dividida em: realização de reuniões de equipe, tanto interna, quanto com a equipe da Delegacia; realização de oficinas temáticas sobre direitos das mulheres e violências de gênero realizadas com mulheres que foram atendidas pela Delegacia da Mulher; e a realização de atendimentos interdisciplinares a mulheres que procuram a delegacia. Tudo isso é realizado antes do preenchimento do Boletim de Ocorrência. ”

Metodologia

Os referenciais teóricos e metodológicos desta ação de extensão estão embasados nas propostas de educação popular de Paulo Freire (1988), nos estudos contemporâneos de gênero e violência contra mulher (BUTLER, 2003; CORREA, 2001; MOURA, 2009; PASINATO, 2004 e 1993; SAFFIOTI, 2005; SCOTT, 1995; SOARES, 1999), e nas discussões de Michel Foucault (1995, 1999, 2005) sobre as relações de poder e as estratégias de resistência em que os sujeitos estão imersos.

No momento dos atendimentos interdisciplinares, as mulheres são esclarecidas sobre o projeto de extensão e sobre a existência de vínculos entre o mesmo e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Nós explicamos que será preenchido um documento que vai ser encaminhado ao Juiz para auxiliá-lo no deferimento da medida protetiva. Inicia-se o atendimento solicitando que a mulher relate o motivo que a levou a buscar a Delegacia. Depois são feitas as perguntas sobre suas expectativas quanto à atuação policial e ao Juizado. No correr desta conversa, são feitos os esclarecimentos necessários sobre as questões jurídicas e relativas ao gênero envolvidas naquela situação, bem como sobre o fluxo de procedimentos

na Delegacia e no Juizado.

No final do atendimento, explicamos para as mulheres vítimas de violência sobre a pesquisa de gênero e raça que fazemos, que se articula com um projeto de extensão, e lhe é questionado sobre a possibilidade de que suas informações sejam utilizadas para o mesmo. Caso a pessoa concorde em participar, é lido o Termo de Consentimento Informado e Esclarecido, e reforçada a informação de que os dados obtidos nas entrevistas não serão analisados de forma individual e

Depois de assinado o Termo de Consentimento, é feita a pergunta sobre a auto declaração racial. Caso a mulher não concorde em participar da pesquisa, é feita uma anotação nos instrumentos que foram preenchidos durante o seu atendimento, para que suas informações não sejam utilizadas na planilha da pesquisa. O preenchimento do instrumento com informações sobre os riscos da situação de violência vivenciada vai sendo preenchido durante o atendimento, pois normalmente as informações solicitadas são abordadas no desenrolar da entrevista. Caso alguma informação não tenha sido

isolados, tampouco com exposição de detalhes que possam identificar as participantes. Desta forma, serão utilizados nomes fictícios e trocas de algumas informações na descrição das participantes, com o devido cuidado para não alterarem elementos significativos para a análise dos relatos, mas que impossibilitem a exposição da identidade das pesquisadas. Comprometemo-nos de que as informações extraídas dos processos serão analisadas de forma coletiva, com sigilo total sobre a identidade das partes envolvidas. O registro das informações é todo feito de forma escrita, seja pelo preenchimento dos instrumentos, seja pelo registro no diário de campo dos/as estudantes.

esclarecida, os/as estudantes a fazem posteriormente. Como o atendimento é feito em duplas, há um consenso entre nossa equipe de que um/a estudante guia a entrevista e o/a outro/a vai preenchendo o documento, havendo revezamento nas atividades durante o dia de atendimento.

Destacamos que o instrumento utilizado para coleta de informações sobre o nível de risco de violência foi sugerido pelo juiz Roberto Lorea, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Porto Alegre. O documento foi retirado do Manual de Atendimento para mulheres vítimas de violência, elaborado pela Secretaria Nacional de Políticas para mulheres, de autoria de

de Barbara Soares (2005), especialista na área da violência de gênero.

Conclusões

Esta ação possibilita o confronto das realidades do Poder Judiciário e da Delegacia da Mulher no momento da efetivação de uma nova lei. Além disso, oportuniza o contato com a realidade das mulheres e suas famílias envolvidas em situações de violência. Todas essas vivências são levadas para sala de aula, fortalecendo com exemplos práticos a importância do trabalho interdisciplinar, bem como a função social dos/as estudantes e professores/as de nível universitário. Tudo isso enriquece as disciplinas teóricas ministradas pelos/as professores/as envolvidos/as no projeto.

Além disso, a ação extensionista contribui para a formação dos/as bolsistas envolvidos/as no projeto,

s/as quais podem: vivenciar as limitações das instituições públicas no enfrentamento de tema tão complexo; acompanhar a percepção das vítimas de violência a respeito de seus direitos; reconhecer a importância de um trabalho em rede, e perceber as dificuldades para a efetivação de uma Lei construída pelos movimentos sociais. A ação está integrada com a pesquisa de doutorado em Psicologia Social e Institucional, desenvolvida pela autora do artigo, intitulada “Violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha: as articulações entre gênero, raça/cor e seus efeitos na produção de subjetividade”, a qual tem apoio do CNPq. As informações coletadas nos atendimentos da Delegacia ajudam a construir o banco de informações da referida pesquisa. Finalmente, esta ação consegue na prática, consolidar o tripé ensino-extensão-pesquisa, com o intuito de contribuir com uma formação acadêmica mais complexificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CÔRREA, Sônia. *Violência e os direitos humanos da mulher: a ruptura dos anos 90*. Texto apresentado no Seminário Nacional de Violência contra a mulher e as Ações Municipais das Mercocidades Brasileiras, em 2001.
- DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na justiça*. A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul ; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- MOURA, Maria. *A produção de sentidos sobre a violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero*. Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- PASINATO, Wânia. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.
- _____. Violência contra as mulheres e legislação especial, ter ou não ter? Eis uma questão. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 16, nº 70, p. 321-360, jan./fev. 2008.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely. *Marcadas a ferro: violência contra mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Política Para Mulheres, 2005.
- SOARES, Bárbara. M. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Enfrentando a violência contra a mulher*. Orientações práticas para profissionais e voluntários(as). Brasília: Secretaria Especial de Política Para Mulheres, 2005. Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/BV/pdf/vio_barb.pdf, acessado em, 07/02/2011.



UFRGS

MUSEU

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE FILOSOFIA

de História Natural

ência de alunos

19



UFRGS

MUSEU

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

ASSUNTO: FACULDADE D

Curso de Química e

✓ Livros e frequência de alu

ANO: 1943-1949

POLÍTICA DE GESTÃO DE MUSEUS E ACERVOS DA UFRGS

Claudia Porcellis Aristimunha
Diretora do Museu da UFRGS

Elias Machado
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - UFRGS

Maria Cristina Pons da Silva
Museu da UFRGS

A extensão nas universidades públicas tem se consolidado como campo de aprendizagens e de contribuição para o desenvolvimento social, sob a ótica da participação, das autorias, das identidades e do respeito à diversidade cultural.

As relações sociais e culturais estabelecidas entre as universidades, neste caso a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e os diferentes segmentos da sociedade, apresentam-se como campos de aprendizagens e vivências que envolvem toda a comunidade universitária. Por meio destas interações, aqui percebidas como *lócus* privilegiado da extensão, é possível responder a algumas demandas prementes da sociedade, bem como promover problematizações em fluxo contínuo e de mão dupla, absolutamente, necessárias para a construção do conhecimento, da inovação e do compromisso social que a instituição deve perseguir.

Nesse sentido, conforme o Plano de Gestão (2008-2012), da atual reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

“Ações de Extensão na área de cultura, de educação e de inclusão, constituem-se em ferramentas valiosas para criar, na própria sociedade, ambientes de aprendizagem e grupos multidisciplinares que a nova realidade sócio-educativa demanda. Como reflexo das salas de aula e laboratórios de pesquisa, a extensão tem presente a possibilidade de propor e executar projetos interdisciplinares, inspirados na solidariedade e na inclusão dos setores marginalizados, de modo que a tarefa política profunda da Universidade consista em seu aporte no crescimento de diferentes setores sociais.”

A Universidade pública tem a obrigação de contribuir para o acesso e uma maior participação de diferentes grupos sociais, geralmente não próximos ou frequentadores deste espaço, nas produções científicas, culturais e artísticas. Os museus e demais acervos universitários, como de resto toda a academia, devem estar atentos para um dos aspectos, dentre tantos outros, que perpassam a sua existência, a saber, a questão das identidades.

Conforme Ulpiano de Meneses (1993), a discussão sobre a “problemática da identidade cultural nos museus” é entendida como fundamental na constituição das cidadanias, autorias, soberanias e autonomias de grupos, cidades, e mesmo das nações. Sabemos, a partir da sua reflexão, do papel fundamental dos museus na legitimação do poder e na reprodução do imaginário europeu, desde a consolidação das nacionalidades, no século XIX.

Os museus foram reconhecidos como territórios estratégicos para a reprodução de algumas identidades, conforme citado por Meneses (1993), e encontrado na Declaração de Políticas Culturais da UNESCO, aprovada no México, em 1982:

“Cada cultura representa un cuerpo único e irremplazable de valores, puesto que las tradiciones y formas de expresión de cada pueblo se constituyen en su manera más efectiva de demostrar su presencia en el mundo. Por ello mismo, la afirmación de la propia identidad contribuye a la liberación de los pueblos. Por el contrario, cualquier forma de dominación constituye una negación o impedimento para alcanzar dicha identidad.”



Higienização do acervo do Museu da UFRGS

As identidades culturais não são um “corpo único” de valores e qualidades imunes ao crivo dos interessados, e as noções de “povo” e de “tradição”, conforme expressas no documento, não comportam a gama de diversidades que representam a sociedade como um todo. Neste sentido, entendemos as ações do Museu da UFRGS como “ferramentas”, citadas no Plano de Gestão, capazes de estabelecer “lugares” para o exercício da crítica e troca de saberes, além de demonstrar as contradições e as discontinuidades que são típicas da nossa sociedade.

Na geografia, encontraremos, para o termo “lugar”, vários empregos de acordo com a corrente de pensamento e a época. Aqui utilizamos a noção teórica que Milton Santos (2006) conferiu ao termo, como um espaço produzido por uma lógica dupla: a das vivências cotidianas e a dos processos econômicos, políticos e sociais. Ambas as lógicas estão ligadas sempre ao momento conjuntural em que se vive e dão importância fundamental ao papel dos indivíduos singulares e coletivos.

O Museu da UFRGS é um órgão suplementar da Universidade, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, criado em agosto de 1984, com o propósito de preservar e divulgar a “memória” e a “identidade” da Universidade, consolidada por meio da guarda e preservação de documentos, bem como produções científicas, artísticas e culturais. Desde então, vem se dedicando à pesquisa, gestão e divulgação de acervos relativos à história da Universidade.

Além de atuar na identificação, preservação e guarda do acervo histórico da Universidade (fotografias, documentos, publicações e artefatos), com finalidade de pesquisa e difusão cultural, como museu universitário, também tem se voltado para a ação educativa/cultural pública. Ele está intimamente vinculado com os objetivos e fins de uma Instituição Federal de Ensino Superior e tem como principal objetivo planejar e executar projetos que possibilitem de forma permanente a comunicação entre o Museu e a comunidade (escolas, público em geral, grupos especiais). Através de projetos de extensão e ações pedagógicas, divulgamos o acervo do Museu da UFRGS, assim como os demais acervos constituídos nas diversas unidades desta Universidade.

Com este fim e com estas ações, trabalhamos com a noção de preservação do “patrimônio cultural” que, em última instância, é um capital riquíssimo para o fortalecimento das identidades de grupos e o respeito às diversidades, numa perspectiva educacional e de sua valorização. Nesse sentido, segundo Hugues de Varine-Bohan (apud Rojas et al., 1979):

“...A conservação da herança cultural da humanidade não se justifica pelo simples prazer de relembrar o passado nem pela investigação feita por intelectuais para os próprios intelectuais”.

A ideia expressa acima manifesta o interesse por algumas questões levantadas a partir da segunda metade do século XX, sobre o tratamento dado pela instituição museu aos bens patrimoniais. Tais reflexões ocasionaram o surgimento e a consolidação de uma nova diretriz museológica, em que o museu é concebido como instrumento de desenvolvimento social.





Museu de Paleontologia
Irajá Damiani Pinto do
Instituto de Geociências/UFRGS



Museu de Ciências Naturais
do Centro de Estudos Costeiros,
Limnológicos e Marinhos do Instituto
de Biociências/UFRGS

Hoje os museus são locais de construção, desconstrução e reconstrução da “memória”, possibilitando a interpretação e a apropriação do patrimônio pela sociedade. Para uma comunicação eficiente de modo a propiciar a apropriação dos bens culturais por parte da comunidade, faz-se necessário uma gestão patrimonial e cultural que pense além dos desafios da conservação, sem deixar de reconhecer sua importância.

Há na UFRGS espaços onde são mantidas coleções de distintas tipologias, representando um patrimônio inestimável. A musealização deste acervo, que compreende as funções básicas e peculiares das instituições museais, quais sejam, conservar os testemunhos de memória, estudá-los e promover sua socialização, atende aos objetivos primordiais da educação, pesquisa e extensão da universidade, como consta no artigo 5º do seu Estatuto (UFRGS, 1995). O processo museológico aplicado aos objetos que compõem o conjunto destas coleções visa valorizar os significados neles representados e estimular a percepção e a reflexão dos diferentes públicos, contribuindo para o fortalecimento das identidades e da inclusão social no espaço da Universidade.

O Museu da UFRGS vem assessorando os pesquisadores e responsáveis por coleções científico/culturais da Universidade, atendendo demandas sobre armazenamento, catalogação, preservação, divulgação e aspectos expográficos desde o final da década de 1990. Neste trabalho, temos percebido diversos fatores de riscos, como as atitudes equivocadas que podem gerar perdas irreparáveis aos acervos, que, em alguns casos, são riquíssimos em termos históricos e culturais. Por outro lado, encontramos também, uma grande disposição para o trabalho qualificado e eficiente na salvaguarda dos testemunhos históricos e na troca de aprendizados.

Conforme Santos (2006), a construção de uma política de acervos exige a participação dos diversos segmentos envolvidos na preservação da “memória da instituição”. É um processo de planejamento estratégico que leva para o caminho da implantação de redes, estruturas de cooperação e de solidariedade, as quais também atuam na qualificação de pessoal capaz de atender com maior eficiência, não só as demandas da Universidade, mas de toda a sociedade. Desta forma, ao pensar numa política de gestão do acervo científico/cultural não edificado da UFRGS, considera-se conveniente adotar um sistema de redes. A excelência da “gestão pública”, conforme a Fundação Nacional da Qualidade (2006), passa pela capacidade de operar, cada vez mais, sob a forma de redes dinâmicas e abertas.



Museu de Topografia Professor Laureano Ibrahim Chaffer do Instituto de Geociências/UFRGS



Acervo do Observatório Astronômico do Instituto de Física/UFRGS

Em 2010, na implementação do Projeto Rede de Museus da UFRGS, visitamos os seguintes espaços museais para o seu reconhecimento e diagnóstico: Centro de Memória do Esporte (CEME/ESEF); Herbário Fitopatológico José Porfírio da Costa Neto (Departamento de Fitossanidade/Faculdade de Agronomia); Museu da Informática (Instituto de Informática); Museu de Ciências Naturais do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR/Instituto de Biociências); Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto (Departamento de Paleontologia e Estratigrafia/Instituto de Geociências); Museu de Topografia Professor Laureano Ibrahim Chaffe (Departamento de Geodésia/Instituto de Geociências); Museu do Motor (Departamento de Engenharia Mecânica/Escola de Engenharia); Observatório Astronômico (Instituto de Física) e Planetário (PROREXT).

As distintas especificidades destes espaços, tanto pela natureza dos acervos como pelas características estruturais, somadas à percepção de que o Projeto Rede de Museus da UFRGS não envolveu todos os membros da rede, fizeram com que os responsáveis pela implantação do mesmo repensassem a condução dos trabalhos. A coordenação do Curso de Museologia e a direção do Museu da UFRGS decidiram pela reformulação dos objetivos e metodologias da proposta inicial. A intenção é de que a rede atue de maneira mais articulada e integrada, onde os membros promovam projetos e ações de extensão de médio e longo prazo, que venham qualificar os serviços prestados à sociedade.

Em decorrência disso, foi proposta a implantação do Programa Rede de Museus e Acervos Museológicos UFRGS, sob a coordenação do Museu da UFRGS e com a parceria do Curso de Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. O Programa atuaria como aglutinador dos diferentes espaços museais da Universidade, favorecendo a mediação, parceria, intercâmbio de informações e incentivo à melhoria das ações extensionistas.

Pretende-se, com esta política, garantir que os espaços de memória da Universidade desempenhem satisfatoriamente a preservação e a socialização de seu patrimônio científico/cultural, além de atender à legislação vigente. Consequentemente, a UFRGS potencializaria a apropriação de seu patrimônio, tanto pela sua comunidade acadêmica como pela sociedade em geral.



Acervo da Faculdade de Odontologia da UFRGS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. *Conceitos Fundamentais da Excelência em Gestão*. São Paulo: FNQ, 2006. Disponível em <http://www.fnq.org.br/site/690/default.aspx>. Acessado em 02/fev./2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista e Cultura Material*, São Paulo, n. 1, p. 207-222, 1993. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a14v1n1.pdf>. Acessado em 05/09/2011. Acessado em 05/09/2011.

ROJAS, Roberto; CRESPIÁN, José Luis; TRALLERO, Manuel. *Os museus no mundo*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Museus Universitários Brasileiros: novas perspectivas*. IV Encontro do Fórum Permanente de Museus Universitários e II Simpósio de Museologia na UFMG "Museus Universitários – Ciência, Cultura e Promoção Social", Belo Horizonte – MG. Disponível em <http://www.icom.org.br/sub.cfm?subpublicacoes=publicacoes1&canal=publicacoes>. Acessado em 14/fev./2011.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Estatuto. Decisão nº 148/94, aprovada pelo Conselho Universitário em sessão de 23 de setembro de 1994 e publicado no DOU em 11 de janeiro de 1995. Disponível em http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm. Acessado em 29/mar./2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Plano de Gestão período: 2008-2012 – Planejamento de Atividades de Órgão da Administração Central. Aprovada pela Decisão nº 163/2009 – CONSUN, em março de 2009. Disponível em http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm. Acessado em 10/jun./2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. A Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT). Disponível em http://www.proext.ufrgs.br/proext-1/copy_of_a-pro-reitoria-de-extensao-proext. Acessado em 31/08/2011.

MEMORIAL DA UFRPE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA

Ricardo de Aguiar Pacheco
Departamento de Educação - UFRPE

Neste artigo apresentamos um diagnóstico do trabalho desenvolvido pela equipe do Memorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), ao longo do ano de 2009. O Memorial da UFRPE, como equipamento ligado a sua política de extensão, foi rearticulado com o intuito de ser um espaço de guarda, pesquisa e comunicação da memória dessa instituição de ensino superior.

Faremos uma análise do processo de reativação desse espaço de preservação, bem como das pesquisas que fundamentaram a exposição “UFRPE: ensino, pesquisa e extensão”, e igualmente as ações educativas a ela relacionadas.



Casa Ivan Tavares,
sede do Memorial da UFRPE

Da memória institucional à social

A moderna Museologia, de acordo com Mario Chagas, entende que as instituições de memória são responsáveis pela preservação, investigação e comunicação dos objetos culturais, materiais e imateriais de seu acervo (CHAGAS, 1996). Ou seja, entende que os museus históricos, para além da tradicional função de guarda dos objetos antigos, atuam na pesquisa sobre os significados sociais atribuídos a estes objetos culturais e na divulgação dessas representações para diferentes grupos sociais que ele atende.



A origem mítica dos museus tanto está associada ao templo das musas quanto ao poeta denominado Museu, filho de Orfeu e Selene. Para além das divergências e convergências mitológicas, a presença dos museus no mundo está associada a projetos de indivíduos e sociedades em mudança. Neste sentido, no mundo contemporâneo, importa compreender os museus como projetos e metamorfoses – projetos de civilização, metamorfoses de significados e sentido culturais – ; importa compreendê-los como poesia: como filosofia, arte e ciência, ao mesmo tempo
(CHAGAS, s.d., p. 24).



Inspirando-nos nesta perspectiva multifacetada, entendemos que a instituição museológica não se limita à guarda e à conservação de documentos e objetos. Ao contrário, cabe ao museu universitário, como equipamento da política de extensão da universidade,

articular as pesquisas sobre os significados simbólicos atribuídos aos objetos de memória de seu acervo, as ações extensionistas de comunicação e a interação dos saberes universitários aos da comunidade. Somente com essas bases se consegue tornar operacional a tarefa de comunicar a memória institucional e fazê-la significativa para os diferentes grupos sociais presentes na universidade. O trabalho realizado no Memorial da UFRPE, ao longo do ano de 2009, teve por base articular as três tarefas da instituição museu – guarda, pesquisa e divulgação – ao mesmo tempo em que o pensávamos como um espaço universitário onde convergem ações ligadas ao tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão.

O Memorial da UFRPE foi criado pela Resolução 65/84, do Conselho Universitário, e instituído como unidade administrativa vinculada a Pró-Reitoria de Ações de Extensão da Universidade pela resolução número 80/90 do CEPE. Nesses documentos estão expressos os objetivos do Memorial da UFRPE:

- **Pesquisar, coletar, identificar, recuperar, catalogar, conservar e expor documentos e outros objetos ligados às diferentes fases da vida da instituição, da criação de ‘Célula Mater’ à Escola Superior de Agricultura e Veterinária São Bento.**
- **Propiciar à comunidade universitária, aos estudiosos e à sociedade de um modo geral um acervo de elementos balizadores das ações e serviços prestados pela instituição à educação local, regional e nacional, notadamente na esfera do conhecimento teórico-prático-científico, ligados ao setor primário da economia.**

- Expor documentos e peças significativas de seu acervo que testemunhem as diferentes fases evolutivas da UFRPE .

Percebemos que a estrutura do Memorial da UFRPE surge e se estabelece a partir de uma percepção da instituição – de seus professores, técnicos e discentes representados nos colegiados da administração superior – de que a trajetória da Universidade, suas conquistas e seu papel junto à comunidade não poderiam ser relegados ao esquecimento. Antes, deveriam ser lembrados não apenas como motivos de orgulho de um passado significativo, mas também como estímulo para os enfrentamentos a que as instituições de ensino superior do país estão expostas.

“ Em 2005, a casa onde residiu o professor Ivan Tavares, professor emérito da UFRPE, foi restaurada e adequada para abrigar o acervo da Universidade. Sediado na Casa Ivan Tavares, o Memorial da UFRPE passou a contar com duas salas de exposição, sala climatizada para a guarda dos documentos, espaço para reserva técnica, sala de restauro, sala para a pesquisa e para a administração do Memorial, em uma área que ultrapassa 200m². Contudo, por uma soma de infortúnios, no início do ano de 2009, este belo espaço e rico acervo encontravam-se subutilizados. ”

Visando revitalizar suas atividades de guarda, pesquisa e comunicação, foi articulado o projeto de pesquisa e extensão, intitulado: “Memorial da UFRPE: Educação, Memória e Patrimônio Histórico”. Este teve como objetivo estratégico potencializar as ações da equipe de trabalho do Memorial, dando utilização plena ao acervo documental e aos recursos materiais já disponíveis em sua sede, e, desta forma, buscar parcerias para novas iniciativas voltadas à pesquisa, à conservação e à divulgação do acervo.

A formalização de práticas de preservação e difusão da memória institucional é cada vez mais comum nas sociedades contemporâneas. Essas ações vêm atender a um movimento que historiadores, como Jaques Le Goff, descrevem como uma “tecnificação”, ou a profissionalização dos processos de guarda e difusão dos elementos simbólicos que unem os grupos sociais. Segundo o autor, nessas sociedades, a memória coletiva transmitida através da tradição oral, típica das comunidades primitivas, cede lugar à memória oficial, registrada e documentada, produzida por especialistas detentores das técnicas e da autoridade de articular os enunciados sobre o passado.

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de

desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1996, p. 475).

Para fundamentar este raciocínio, Maurice Halbwachs lembra que a memória individual, entendida como a capacidade cognitiva de evocar elementos materiais ou simbólicos ausentes, é enriquecida pela memória coletiva. Esta última, é produzida e difundida pelos depoimentos que os sujeitos autorizados enunciam através de diferentes lugares sociais. Ao ser reconhecida como narrativa legítima do passado de um grupo social, a memória coletiva atua como elemento constituinte de uma identidade social. Nesse momento, para além de lembrança de um passado que já se foi, a memória social aponta para as potencialidades de um futuro que se deseja construir.

Teodolito, super projetor e episcópio
são alguns dos equipamentos que fazem parte
do acervo do Memorial da UFRPE.





**Cada grupo tem sua história.
Neles distinguimos personagens e
acontecimentos – mas o que chama a
atenção é que, na memória, as semelhanças
passam para o primeiro plano. No momento
em que examina seu passado, o grupo
nota que continua o mesmo e toma
consciência de sua identidade
através do tempo
(HALBWACHS, 2006, p. 108).**



Foi justamente esta capacidade de servir como elemento identitário que fez com que os Estados Nacionais, grupos étnicos e diferentes instituições passassem a desenvolver políticas de registro e difusão de sua memória coletiva. Para autores como Lúcia Lippi Oliveira (2008), as políticas culturais da memória partem da definição dos objetos culturais significativos para aquela comunidade de sentidos. Uma vez selecionados, estes objetos se tornam metáforas que dizem aos membros da comunidade quem somos “nós” frente ao “outro”.

Foi com esta intenção que as comunidades passaram a construir os monumentos, os museus, e memoriais. Pierre Nora (1993), chama estes locais específicos de “lugares de memória”, e os objetos que eles guardam enquadram-se na categoria de “alegorias do passado” (CHOAY, 2001), ou mesmo de “tradição inventada” (HOBBSAWN; RANGER, 2002). Com isso, quer nos alertar que eles não são o próprio passado, mas objetos culturais selecionados e ordenados para produzir um discurso sobre o passado que atenda às demandas do presente.

Este conjunto de objetos culturais, materiais e imateriais, herdados pelos contemporâneos, passaram a constituir o patrimônio histórico das comunidades. Para Maria Cecília Londres Fonseca (1997), este processo implica em atribuir aos objetos um valor simbólico que originalmente não lhes pertencia. Ou seja, ao escolhermos um objeto para o acervo de um memorial estamos retirando-o de seu contexto original para lhe atribuir outra funcionalidade: a de evocar o passado em um discurso articulado para este fim.

Ao problematizar a força dos processos educativos sobre os sujeitos, Carlos Rodrigues Brandão nos lembra que, semelhante às demais práticas sociais: **“a educação atua sobre a vida e o crescimento da sociedade em dois sentidos: 1) no desenvolvimento de suas forças produtivas; 2) no desenvolvimento de seus valores culturais” (BRANDÃO, 1981, p. 75).** A escola, ao transmitir informações, permite aos sujeitos se apropriarem dos saberes da sua comunidade. De forma muito mais potente, as instituições de memória – como os museus – ao exporem objetos que materializam as experiências dos grupos, também potencializam os espaços formativos nas sociedades. E são muitos os grupos sociais que se utilizam desses lugares de memória para promover a difusão de suas identidades sociais.

O processo de patrimonialização dos objetos culturais é um fenômeno da era contemporânea que se iniciou de forma amadora durante a Revolução Francesa. Ao longo do século XX, foi assumida como política de Estado através da criação de órgãos voltados ao registro, preservação e difusão dos objetos de memória.

“No século XXI, pressionados pelos intensos contatos multiculturais, os diferentes grupos sociais se mobilizam pela preservação de sua memória. Nesse cenário, as grandes instituições públicas – como é o caso da UFRPE – e privadas necessitam de políticas claras de preservação de sua memória institucional sob pena de caírem no auto-esquecimento e, conseqüentemente, na diluição de sua identidade frente ao conjunto da sociedade.”

O fortalecimento do Memorial da UFRPE como espaço de memória voltado para reflexão-ação sobre as relações entre educação, memória e patrimônio histórico – às vésperas do centenário desta universidade – responde à multiplicidade de tarefas institucionais. Ao guardar, investigar e comunicar seu acervo, a equipe de trabalho do Memorial da UFRPE se conforma como grupo de pesquisa que investiga as representações sociais constitutivas da identidade coletiva da comunidade acadêmica. Assim, problematiza e reafirma o papel da universidade como instituição de ensino vinculada ao seu tempo-espço social.

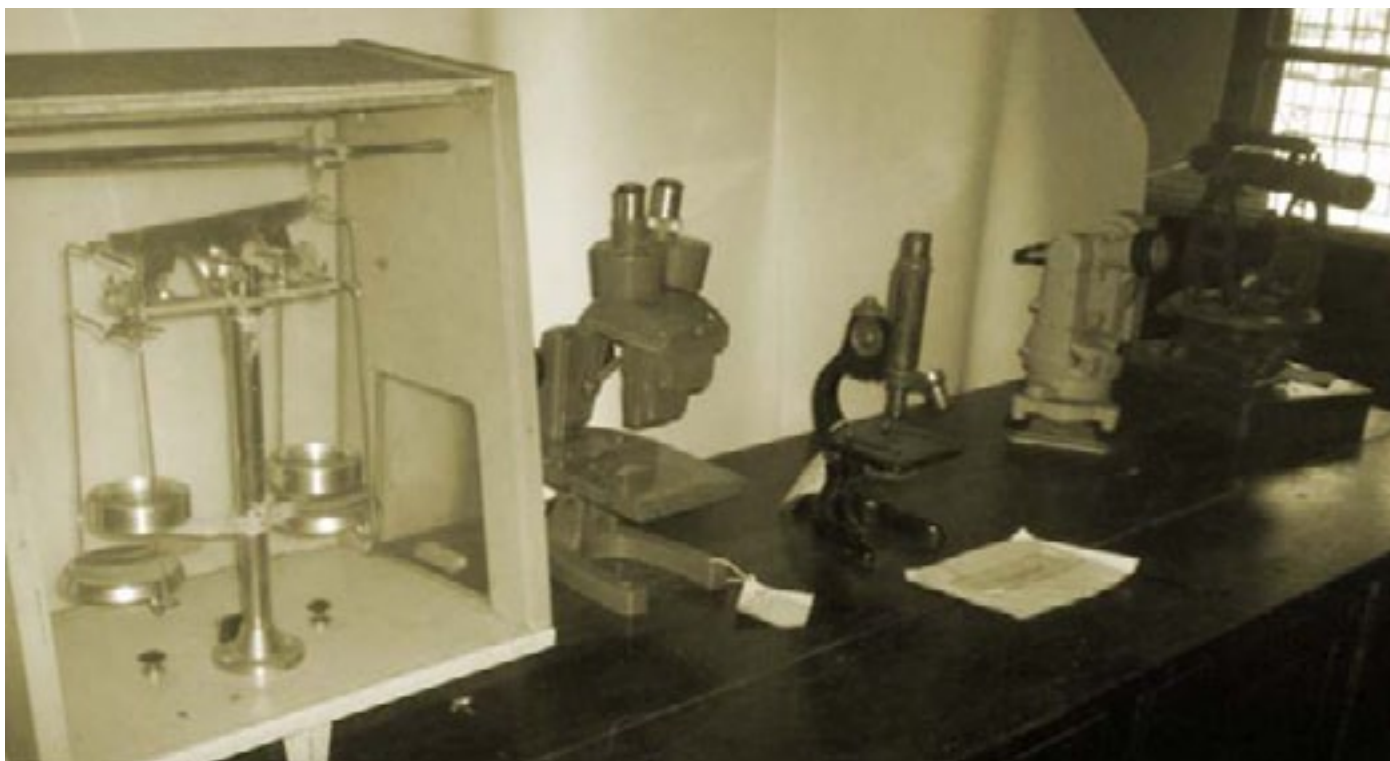


Objetos de pesquisa e ensino, inicialmente - balança de precisão, microscópios e teodolitos - hoje são utilizados na extensão.

Entendemos que a missão do Memorial da UFRPE não se limita à guarda de um acervo institucional. Esta tem base nas atividades de pesquisa sobre as relações simbólicas existentes nos objetos históricos que se completam na ação extensionista de comunicação destes saberes à comunidade externa e interna. A atividade de pesquisa, juntamente com a extensão, pode alimentar a difusão da memória institucional e das práticas educativas formais e informais. A reflexão cientificamente orientada, por meio de práticas extensionistas, pode incidir de forma positiva no complexo jogo de forças das formações identitárias das sociedades contemporâneas.

Metodologias de trabalho

Frente à natureza museológica do trabalho desenvolvido no Memorial da UFRPE, optamos por utilizar a metodologia multidisciplinar que pensou a ação extensionista na sua articulação com a pesquisa – como produtora de conhecimentos e produtos que contribuam para a comunicação museal – mas também na sua relação com o ensino universitário – como experiência formadora de sujeitos capazes de replicar esta metodologia em outras situações.



Acervo do Memorial da UFRPE

Em relação à pesquisa, apontamos para uma qualificação da relação que a instituição de ensino superior mantém com sua comunidade. Ao registrar as memórias da comunidade, identificamos os significados atribuídos aos objetos culturais do seu acervo ao longo do tempo. Assim, este projeto envolveu pesquisadores com diferentes formações (História, Educação, Sociologia, Antropologia) que, se utilizando de seus saberes disciplinares, problematizaram as múltiplas relações entre Educação, Memória e Patrimônio Histórico e sistematizaram informações acerca das memórias institucionais e dos objetos culturais do acervo.

Já na relação com o ensino universitário, contribuímos para a qualificação técnica dos bolsistas e pesquisadores para lidar com a preservação patrimonial em diferentes contextos. Assim, graduandos, acostumados às aulas teóricas, foram postos frente a situações problema, ao mesmo tempo em que professores se viram diante da necessidade de transformar debates teóricos em ações concretas de extensão universitária voltadas para a preservação patrimonial.



Com essa referência, desenvolvemos uma metodologia que seguiu três movimentos: a pesquisa inicial, a comunicação museal e o programa educativo. Seguindo esta proposta, inicialmente os pesquisadores da equipe se utilizaram das referências teóricas e metodológicas de sua área (História, Sociologia, Antropologia e Educação) para construir subprojetos que abordaram temas e/ou objetos de memória disponíveis no acervo. No segundo momento, os resultados de cada uma dessas diferentes pesquisas foram problematizados para se tornarem uma exposição museológica com o objetivo de comunicar suas conclusões e, desta forma, difundir as narrativas de memórias da comunidade acadêmica. Finalmente, foi planejado e executado um conjunto de ações educativas a fim de potencializar o uso deste patrimônio histórico como elemento narrativo e difusor da memória institucional trabalhada na pesquisa inicial e transformada em exposição museológica.



Para realizarmos o conjunto dessas tarefas, dividimos as ações previstas na forma de sub-projetos. Cada um deles respondeu a uma ação como um todo – pesquisa inicial; musealização dos resultados; programa educativo – ou apenas a uma dessas etapas. E os resultados foram apresentados nas salas de exposições do Memorial na forma de exposição museológica.

Organização do acervo e da exposição permanente.

Frente ao estado de abandono a que se encontrava o acervo do Memorial da UFRPE, foi necessário estabelecer uma ordem de tarefas e de objetivos a serem atingidos progressivamente: a) arrumar fisicamente o espaço da Casa Ivan Tavares; b) preparar a Casa para a visita; c) organizar a recepção dos visitantes. Muito embora houvesse um planejamento inicial, essas tarefas foram sendo planejadas e realizadas simultaneamente, sendo muitas vezes refeitas para se encontrar a melhor solução.

Para reabrir o memorial foram tomadas iniciativas e ações administrativas, sendo que, primeiramente, foi elaborado um projeto de extensão que, posteriormente, se desdobrou em projeto de pesquisa. Essas ações e iniciativas orientaram as atividades e possibilitaram nossa participação em editais de financiamento, com vistas a obter recursos para o desenvolvimento de pesquisa e atividades de extensão. Mas também foram realizadas ações mais prosaicas, como recolocar o prédio na rotina da equipe de limpeza da universidade, substituir as lâmpadas queimadas, fazer reparos no telhado. Em meio a isso, também editamos um *blog* que faz o registro e a divulgação das atividades realizadas no Memorial.¹

O financiamento institucional do projeto contou com a concessão de bolsas - 4 bolsistas de extensão e 2 de incentivo acadêmico - que nos ajudaram neste processo. Contudo, as ações destes ficaram um tanto limitadas pela ausência de equipamentos adequados ao trabalho. Apenas para clarificar esta situação, devemos dizer que, inicialmente, os cartazes da exposição foram feitos à mão, pela ausência de um computador para editá-los e de impressora para produzi-los. Ainda assim, destacamos que atingimos diversas metas inicialmente pretendidas. A primeira delas, e que tem um efeito ritualístico, foi a abertura da Casa Ivan Tavares com regularidade. Com essa ação, voltamos a dar funcionalidade a esta unidade administrativa da UFRPE que estava fechada e sem desempenhar sua missão maior de difusão da memória institucional.

Ao longo do primeiro semestre de trabalho, realizamos a limpeza e o acondicionamento das peças e documentos do acervo na reserva técnica. Como o Memorial encontrava-se sem equipe responsável por período superior a um ano, estimamos que durante esse tempo, tenha havido apenas ações pontuais de limpeza das salas. Desta forma, iniciamos nossa ação realizando aquela que é a função primeira das instituições de memória, ou seja, a guarda, conservação de documentos e objetos que contam a história da UFRPE, universidade que se tornou referência do ensino agrícola e superior em Pernambuco.

Assim, juntamente com os bolsistas de extensão iniciamos a arrumação da casa. Primeiro, foi necessário realizar uma limpeza reforçada do chão, das paredes, dos armários. Depois, planejamos uma nova distribuição dos móveis e do acervo. Para chegarmos a uma boa solução, experimentamos diferentes possibilidades de utilização dos espaços para, finalmente, colocarmos as

peças do acervo. Para chegarmos a uma boa solução, experimentamos diferentes possibilidades de utilização dos espaços para, finalmente, colocarmos as peças do acervo nos seus locais de forma organizada. Ao final desse processo, os espaços da Casa Ivan Tavares passaram a ser utilizados de outra forma. Os dois salões maiores ficaram destinados às exposições museológicas. Dedicamos duas salas menores e mais isoladas à reserva técnica, onde os documentos e objetos do acervo ficam guardados em estantes. Também separamos uma sala para as atividades administrativas e de pesquisa, onde estão os poucos equipamentos de que dispomos para realização das tarefas.

Ao organizar o acervo do memorial, decidimos formar quatro fundos: o fundo de documentos em suporte papel; o fundo de objetos tridimensionais; o fundo de fotografias; e o fundo de publicações da UFRPE. Identificamos que boa parte do acervo documental já se encontrava catalogado. Também encontramos o fichário correspondente a estes documentos. Contudo, ainda não conseguimos identificar como as fichas de catalogação se relacionam com o arquivo. Tomamos a opção de apenas acondicionar as caixas deste arquivo de documentos em armários, e esperar o momento em que consigamos identificar o arranjo utilizado. Dessa forma, foi constituído o fundo de documentos em papel.



Documentos relativos às
ações de extensão na UFRPE

Já os objetos tridimensionais encontravam-se espalhados pelas partes da casa. Mesmo percebendo que algumas peças tinham uma etiqueta de datação, não foi possível identificar algum arranjo de catalogação. Nossa opção foi agrupar todos os objetos tridimensionais, limpá-los e colocá-los em armários. Assim, constituímos o fundo de objetos tridimensionais. Também encontramos um conjunto de fotografias e outro de publicações de ex-professores da universidade. Contudo, raros são os objetos que possuem alguma identificação. Assim, nos limitamos a reuni-los, constituindo um fundo de fotografias, que está acondicionado em caixas de papelão, e o fundo de publicações, que estão em prateleiras.

Ao longo dessa tarefa de limpeza e guarda dos objetos do acervo, a equipe de bolsistas foi orientada a realizar pesquisas pontuais sobre os mesmos. Como exemplo destas ações, citamos a investigação sobre o “Projeto Pau-Brasil”, que foi um programa de extensão realizado ao longo da década de 1980, pela UFRPE, sob a coordenação do Professor João Roldão. Esta ação constituiu-se, basicamente, da valorização do pau-brasil – na época em extinção – como árvore nacional, além da distribuição de suas mudas para diversas instituições do país, com o intuito de sua preservação. Foram encontrados no acervo diferentes documentos e objetos que representam esta página da história da UFRPE. Uma seleção dos mesmos acabou por se transformar em parte da exposição permanente.

Ainda no processo de arrumação do acervo, foram identificados instrumentos de ensino e pesquisa de diferentes períodos da UFRPE. Assim, os bolsistas foram orientados a produzir séries de objetos como projetores de imagens, teodolitos, microscópios, balanças de precisão e cadeiras. Estas séries também se tornaram parte da exposição.

Mas também foram produzidas pesquisas para além do acervo do memorial. Em outros arquivos, foram pesquisadas informações sobre a data de início dos diferentes cursos de graduação da UFRPE, bem como sua organização institucional, além da constituição de setores como a biblioteca, por exemplo. Cada uma dessas pesquisas foi elaborada para se tornar parte da exposição do Memorial e, assim, comunicar aos visitantes as informações por elas sistematizadas.

Ao mesmo tempo em que manipulávamos as peças e documentos do acervo para limpá-los e guardá-los, iniciamos a tarefa de concepção e organização de uma exposição permanente que utilizasse esta cultura material da UFRPE. Inicialmente, escolhemos como tema a tríade “Ensino, Pesquisa e Extensão.” E com este tema em mente, fizemos uma seleção de documentos e objetos do acervo para a exposição.



Com base nessas pequenas pesquisas e achados, foi montada a exposição permanente “UFRPE: Ensino, Pesquisa e Extensão”, que remete à história institucional da UFRPE. Tendo sido montada no salão principal da Casa Ivan Tavares, a exposição passou a ser o principal atrativo do público visitante. Ela está dividida nestas três grandes partes que representam a tríade universitária.



Ações educativas extensionistas

Para trabalhar a partir dessa exposição, foram planejadas e organizadas atividades educativas que explorassem os objetos de memória da UFRPE. A primeira ação planejada foi a visita guiada ao Memorial da UFRPE. Para isso, foi pensado um roteiro básico que se iniciou pela apresentação da própria Casa Ivan Tavares, que era um local de residência dos professores que moravam no Campus universitário. Após essa primeira apresentação, foram explorados objetos do entorno da casa, como um trator pertencente às atividades dos cursos agrícolas, e os pés de acerola e pau-brasil plantados ao redor do prédio.

Posteriormente, passou-se à exposição permanente anteriormente descrita, explorando-se cada uma das partes em que ela está estruturada. Como a organização de cada um dos setores da exposição esteve a cargo de um bolsista específico, foi necessário realizar uma dinâmica de preparação do grupo de bolsistas, para realizar a ação de monitoria. A preparação consistiu, basicamente, em fazer com que, seguindo o roteiro, cada bolsista ficasse responsável por relatar ao restante do grupo de que forma havia organizado sua parte da exposição.

Posteriormente, passamos a planejar e preparar ações educativas mais complexas para desenvolver com o público visitante. Tomando por base as referências da metodologia da Educação Patrimonial apresentadas por Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999), elaboramos três atividades didáticas voltadas a públicos de diferentes faixas etárias.

Na parte do ensino, reunimos uma linha cronológica dos cursos de graduação e materiais de uso nas salas de aula, como cadeiras e projetores de imagens utilizados em diferentes períodos na UFRPE. Na parte sobre a pesquisa, apresentamos uma série de teodolitos e outra de microscópios, além da de vidros de ensaio. A extensão está representada através de fotografias de diferentes ações empreendidas pela universidade, com um destaque para o conjunto de documentos sobre o “Projeto Pau-Brasil”, no qual se inclui uma amostra de caule da árvore.

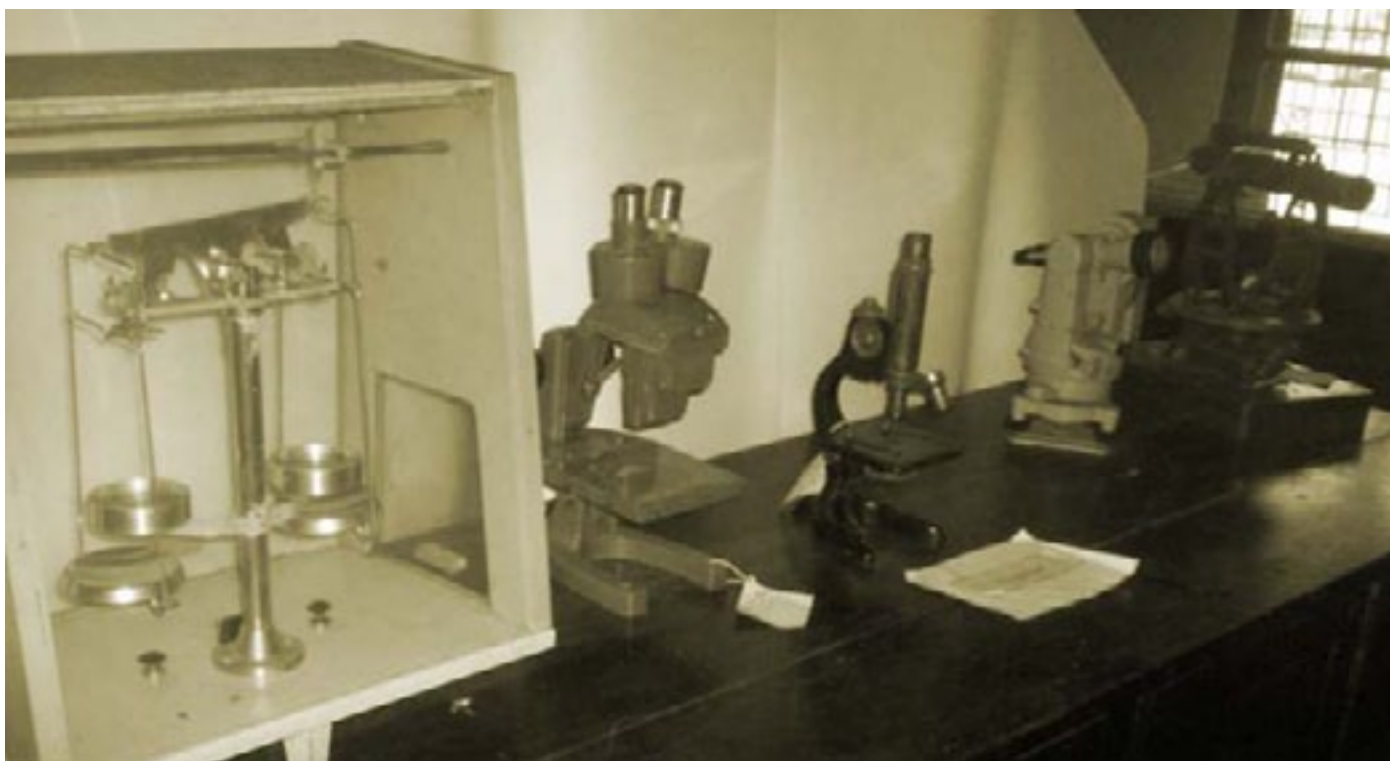
A exposição faz também outras referências, como aos três grupos que compõem a comunidade universitária, dispondo sobre mesas distintas, objetos que remetem aos docentes, aos discentes e aos técnicos administrativos. Expositores diferentes apresentam informações e objetos que remontam: ao hospital veterinário, à biblioteca, aos colegiados superiores, aos diversos campi universitário e às cerimônias de formaturas.

A primeira consistiu em um jogo de caça-palavras voltado para crianças de 7 a 10 anos. Após a visita da exposição, foi entregue às crianças o jogo, onde elas deveriam encontrar as palavras “memorial”, “ensino”, “pesquisa” e “extensão”. Posteriormente, foi solicitado que as crianças utilizassem o verso da folha para redigir ou desenhar sobre algum elemento da exposição de que tenham gostado. Por fim, foi solicitado a alguns membros do grupo que socializassem suas impressões sobre a exposição.

A segunda atividade consistiu, basicamente, em um “jogo dos erros”. No jogo existiam duas fotos de dois microscópios idênticos, sendo um bem conservado – que faz parte da exposição – e outro danificado e com a ausência de algumas peças. As crianças de 10 a 14 anos foram orientadas a assinalar diferenças entre os dois objetos fotografados. Depois, foi feita uma conversa sobre o que produziu essas diferenças, onde se

apontava para a necessidade de conservação de objetos de memória. Ao final, foi solicitado que, no verso da folha, os estudantes fizessem uma carta, argumentando sobre a necessidade da preservação patrimonial.

A terceira atividade pedagógica foi voltada aos visitantes com mais de 15 anos e consistiu na montagem de um álbum de figurinhas. Nessa atividade, foi repassado ao grupo uma caixa com várias fotos de objetos da exposição – são 20 peças reproduzidas em figurinhas de 4x5cm. Cada participante teve de escolher quatro figurinhas para colar em uma folha A4. Posteriormente, foi solicitado que cada um escrevesse porque decidiu selecionar determinados objetos para a sua coleção. A partir da leitura de algumas argumentações, foram explorados os diversos conceitos da preservação patrimonial tais como memória, significação, seleção.



Considerações finais

Quando visualizamos a possibilidade de atuar junto ao Memorial da UFRPE, sentimo-nos desafiados e com o desejo de realizar muitas atividades. Isso nos levou a propor um projeto de extensão universitária com diversos objetivos que, agora vemos, são irrealizáveis no período de um ano de atuação e, menos ainda, com a estrutura de pessoal e de equipamentos disponíveis. Neste momento, entendemos que estamos distantes das condições ideais para a realização do trabalho técnico que um museu necessita. Assim, nos voltamos a ações prioritárias tais como a melhoria das condições de

guarda do acervo, organização de uma exposição permanente que estimule a visitação ao Memorial, e a preparação de atividades educativas que permitam a exploração desse espaço educativo sobre a história do ensino superior em Pernambuco.

Hoje sabemos que trabalhamos em dimensões menores do que aquelas que tínhamos no início do projeto. Acreditamos ter encontrado um ponto no qual sabemos que não fazemos tudo o que é necessário a uma instituição de memória, mas realizamos com serenidade aquilo que é possível para preservar objetos e documentos da história institucional da UFRPE.

“ Já construímos condições para utilizar o espaço da Casa Ivan Tavares como equipamento da política de extensão da UFRPE, definimos espaços para as exposições, e organizamos a reserva técnica e a área administrativa. Montamos uma exposição permanente que representa a história da universidade e produzimos atividades pedagógicas para públicos de diferentes idades. Sabemos que isso tudo é o resultado do trabalho de um grupo esforçado que ainda possui muitas tarefas pela frente. ”

¹ Informações sobre os trabalhos desenvolvidos ao longo de 2009 estão disponíveis em: <<http://www.memorialufrpe.blogspot.com/>>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHAGAS, Mario. *Museália*. Rio de Janeiro: JC editores, 1996.
- CHAGAS, Mario. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. In: *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 31, s.d., p. 14 – 25.
- CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Imperial, 1999.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.
- MEMORIAL da UFRPE: <http://www.memorialufrpe.blogspot.com/>
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.1-28, dez., 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. *Resolução do Conselho Universitário nº 64/84*. Recife, UFRPE, 1984.

ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS: VALE A PENA

Eduardo Cardoso

Faculdade de Arquitetura – UFRGS

Jeniffer Cuty

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS



As exigências em ambientes culturais nos obrigam a constantes atualizações. A diversidade do público desafia as instituições e seus profissionais a corresponderem às expectativas e, antes de tudo, às suas necessidades. Assim, atendendo à pretensão de ser um ambiente acessível, aberto a todos os cidadãos, será indispensável a aplicação de recursos para acessibilidade em sistemas expositivos e de informação.

Pessoas com algum tipo de deficiência – sensorial, cognitiva, físico-motora ou múltipla – enfrentam diariamente dificuldades para obter informações, deslocar-se, comunicar-se e utilizar equipamentos públicos, ainda que tenham o direito a condições de igualdade, sem nenhuma forma de discriminação, garantido pela Constituição Brasileira de 1988. Invariavelmente, um ambiente, quando bem desenvolvido deve atender a todo tipo de usuário. Desta forma, compreendendo a realidade de pessoas com deficiência, o profissional de *design* tem a oportunidade de visualizar as necessidades dos mais diversos tipos de usuários. Assim, ao projetar espaços, móveis e ambientes de acordo com os condicionantes legais, tem um grande desafio pela frente: a compreensão do espaço ao redor e de seu público enquanto desenvolve um projeto expográfico.

No caso do museólogo, profissional que atua junto às instituições preparadas para operar com o patrimônio cultural, o usuário é tratado como ator na leitura das exposições, principal interface entre o museu e o público. Podemos nomeá-lo como visitante ou espectador do processo de interpretação da exposição e do patrimônio ali organizado em forma de narrativa. Na linha do disposto por Walter Benjamin (1993), a obra de arte é aberta, e sua relação com o visitante é, em última análise, dialética.

Por outro lado, Dischinger e Bins Ely (2005) definem espaço acessível como aquele de fácil compreensão, que permite ao usuário comunicar-se, ir e vir e participar de todas as atividades que o local proporcione, sempre com autonomia, segurança e conforto, independente de suas habilidades e restrições.

Os resultados do Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostraram que, aproximadamente, 24,6 milhões de pessoas apresentavam algum tipo de incapacidade ou deficiência, que foram divididas entre: 50% mentais, 20% físicos, 15% auditivos, 10% de pessoas com deficiências múltiplas e 5% visuais. Estima-se que esse número, em 2009, tenha crescido para algo em torno de 26 milhões de pessoas. Isso representa 14,5% da população com alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física ou intelectual. Essas pessoas precisam de mais oportunidades para exercer os seus direitos de cidadãos na sociedade.

Embora este tema da acessibilidade em museus e instituições patrimoniais possa parecer atual no país, já na década de 1980, a museóloga paulista Waldisa Rússio, diretora do extinto Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, concebeu a exposição “Percepção e Criação”, que abordava a atuação das pessoas com deficiências na economia brasileira. Consta de seu depoimento, que hoje se encontra no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, a seguinte passagem: “A maioria das pessoas que trabalham em museu, todavia, parecia refratária à ideia de cegos frequentando tais estabelecimentos porque ‘museu foi feito para videntes’. O que é verdade, mas não toda a verdade”. (GUARNIERI, 1980, p. 4).

Mesmo assim, a linguagem visual ainda é a forma de comunicação predominante nas estratégias de comunicação museológica, sejam elas exposições, publicações e ações culturais. As pessoas com deficiência visual enfrentam dificuldades em usufruir destes espaços, assim como idosos e pessoas com deficiência intelectual. Atualmente, a maior parte dos profissionais de *design* de exposição afirma que as pessoas com deficiência têm o direito de ter acesso à informação, à arte e ao patrimônio, mas ainda são escassas as iniciativas de inclusão. Essa questão também merece uma reflexão sobre a mudança de atitude da sociedade em relação às pessoas com deficiências.

A população mundial é diversa, deixando de existir fronteiras populacionais e culturais. Segundo Santos (2009), essa diversidade pode ser vista sob cinco diferentes perspectivas, conforme o quadro abaixo:

Diversidade	Identificação
Dimensional	Relaciona-se com aspectos quantitativos como a altura, peso, tamanho e largura dos membros, etc. É importante no sentido da criação de valores relacionados com produtos, serviços e meios físicos, para um restrito setor populacional. Para que se consiga abranger toda a população é necessário seguir parâmetros do design universal. Por exemplo, desenhar portas suficientemente largas para cadeiras de rodas, permite, igualmente, a passagem de usuários sem cadeira de rodas, o inverso já não é possível.
Perceptiva	A perda dos sentidos, maximizado pelo grau, interfere com a forma de relacionamento com o meio físico.
Motora	Os problemas de mobilidade não estão restritos a pessoas em cadeiras de rodas, como comumente se pensa, desta forma, embora o meio físico universal seja pensado para usuários em cadeiras de rodas é importante não esquecer que existem outros problemas decorrentes da falta de mobilidade e é, igualmente, importante não favorecer determinados grupos em detrimento de outros.
Cognitiva	As alterações cognitivas interferem na capacidade de recepção e processamento de informação. Dentro das alterações de natureza cognitiva incluem-se os distúrbios de memória, problemas de orientação espacial, dificuldades de recordar informação «básica» e falta de habilidade ou capacidade para falar, ler, escrever ou compreender as palavras.
Demográfica	O envelhecimento da população e o aumento da imigração são fatores determinantes da diversidade cultural e funcional.

Quadro 01: Fatores determinantes para a diversidade humana. Cf. Santos (2009).



Desta forma, atualmente, não se pode falar de diversidade social sem que se fale na diversidade humana, conforme visto acima. A integração de pessoas com deficiência não deve ser encarada como uma forma de caridade ou boa prática social. É sim um direito de todos os cidadãos. Nestes momentos, devemos perguntar: que visitantes buscam os ambientes culturais que oferecemos? O que procuram? Quais os graus de dificuldades de cada pessoa? Primeiro, temos que conhecer o público, quão diverso ele seja, para então pensar em como atender suas necessidades e anseios em uma perspectiva de inclusão social.

O autor destaca ainda seis parâmetros para um meio físico acessível, conforme o que segue:

Parâmetros	Ações
Respeitador	Deve respeitar a diversidade dos utilizadores. Ninguém deve sentir-se marginalizado e a todos deve ser facilitado o acesso.
Seguro	Deve ser isento de riscos para todos os utilizadores. Assim, todos os elementos que integram o meio físico devem ser dotados de segurança.
Saudável	Não deve constituir-se, em si, em um risco para a saúde.
Funcional	Deve ser desenhado e concebido de tal modo que funcione de forma a atingir os fins para que foi criado, sem problemas ou dificuldades.
Compreensível	Todos os utilizadores devem saber orientar-se sem dificuldade num dado espaço e, assim, é fundamental uma informação clara. A disposição dos espaços deve ser coerente e funcional.
Estético	O resultado deve ser esteticamente agradável.

Quadro 02: Parâmetros para um meio físico acessível. Cf. Santos, 2009.

Acatando estes indicadores será possível o acesso sem restrições, que seja seguro, respeitoso, funcional e saudável, contemplando a diversidade humana. Os parâmetros acima citados levam à formulação de outras questões, como: que tipo de sociedade e cidadania se constrói para as pessoas com deficiência ou, de outro ponto de vista, diversas étnica e racialmente? Quais as perspectivas possíveis para o acesso à justiça social e cultural? O que se faz e como se faz para respeitar a diferença, muito mais do que a diversidade? Levar, realmente, em consideração o público e a diversidade/diferença de todo tipo.

Tais questionamentos, dentre outros tantos, nortearam e incentivaram o desenvolvimento do projeto de extensão universitária que descreveremos a seguir.



Sessão Técnica sobre desenho universal com a arquiteta Silvana Cambiaghi.



PROJETO DE EXTENSÃO ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS

O Projeto de Extensão Universitária *Acessibilidade em Ambientes Culturais* é coordenado pelos professores Eduardo Cardoso, do Departamento de Design e Expressão Gráfica da Faculdade de Arquitetura – UFRGS, e Jeniffer Cuty, do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS. A primeira atividade de extensão desenvolvida foi o Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais que foi realizado durante a Semana Internacional de Museus em 2011, contendo debates temáticos que visaram enfatizar aspectos diretamente relacionados com a prática profissional.

Com a participação de mais de 90 inscritos, o evento foi estruturado em três dias, no período de 17 a 19 de maio de 2011, desenvolvido em sessões técnicas pela manhã, um curso de acessibilidade em museus e mesas redondas à tarde, mais a abertura e o encerramento. Dentre vários temas, abordou-se: legislação, desenho universal, audiodescrição e tradução simultânea, e políticas públicas e privadas sobre os temas da acessibilidade.

Desta primeira iniciativa, sugeriram três novas ações. A primeira foi o desenvolvimento e a constante manutenção do *blog* Acessibilidade Cultural (<http://acessibilidadecultural.wordpress.com>), que serve para divulgar o que o grupo de extensão e pesquisa está realizando, assim como para estabelecer parcerias e trocas através de um sistema de rede de *blogs* sobre a temática. Tal *blog* também dará suporte e será utilizado como repositório e espaço de discussão nas atividades realizadas na modalidade à distância. Para o próximo ano, 2012, já está programada a execução de uma capacitação em educação a distância (EAD), com o conteúdo organizado a partir do Seminário de 2011, que está sendo desenvolvido com o apoio do Edital 15 da Secretaria de Educação a Distância (SEAD/UFRGS). A segunda iniciativa é a publicação do livro homônimo ao Seminário e ao Projeto de Extensão, que traz artigos escritos pelos palestrantes convidados a participar do evento.

A terceira ação é a realização do Curso de Extensão, intitulado, *Audiodescrição de Produtos Culturais*, planejado e executado em parceria com o Museu do Sport Club Internacional - Ruy Tedesco, de Porto Alegre – RS. Tal ação será realizada no período de novembro a dezembro de 2011, nas Faculdades de Arquitetura e Biblioteconomia e Comunicação (estúdios de gravação e edição), e na sede do Museu do Internacional, onde serão desenvolvidas atividades práticas de roteirização e narração de audiodescrição, incluindo noções básicas de gravação, edição e mixagem.

REPERCUSSÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Após o planejamento e execução de tais ações, o melhor retorno que se pode ter é ver e avaliar o reflexo de tais eventos tanto do ponto de vista imediato, como, a longo prazo, com a multiplicação e disseminação cultural que tais ações provocam. Com tais experiências, as pessoas muitas vezes mudam posicionamentos e passam a contribuir para a melhoria na qualidade de vida de todos. Um exemplo desta repercussão é o relato do jornalista Marcelo Cavalcanti da Silveira, servidor da UFRGS, lotado no Planetário Professor José Baptista Pereira, que apresento a seguir:

// Quando comecei a trabalhar no Planetário, ouvi histórias de cegos que iam "assistir" às sessões. Eu me perguntava o que eles "viam"? Os cegos e as pessoas com baixa visão com certeza ouviam a música e as narrações, mas e as imagens?

Na reunião da ABP (Associação Brasileira de Planetários) no Rio de Janeiro em novembro de 2010, ouvi o colega, Marcos Calil, de São Paulo, falar sobre acessibilidade para cegos nas sessões de planetário e apresentar alguns problemas e soluções para descrever o céu para as pessoas que não enxergam da forma dita convencional, geralmente descritos como cegos e portadores de baixa visão. Uma primeira semente.



Livro Acessibilidade em Ambientes Culturais.

Em maio deste ano, no Curso de Acessibilidade em Ambientes Culturais na UFRGS, tive um contato mais de "perto" com o que é a audio-descrição (AD). Assisti a um curta metragem com AD, meu primeiro filme ouvido. Nesta época, tinha recém terminado a produção do programa audiovisual do Planetário, atividade realizada em comemoração aos 50 anos do homem no espaço: "O caminho das Estrelas". E consequentemente surgiu a vontade, ou melhor, o sonho, de "ver" o programa acessível a cegos. E comecei a procurar parceiros e as soluções possíveis.

O tempo foi passando e a falta de recursos técnicos e financeiros, além do desinteresse das pessoas que não embarcaram nesse sonho, não me fizeram desistir. Fui tateando no escuro, procurando uma luz no fim do túnel.

Estava ciente das dificuldades que viriam, mas com a certeza que é possível fazer a AD. Segui neste caminho com a determinação que a lembrança e o exemplo de Yuri Gagarin me proporcionaram. É verdade, tive vontade de jogar tudo longe e me pasmear na mesmice. Mas segui, e mesmo que a AD do “Caminho das Estrelas” não fique perfeita (será que tem de ser perfeita?), não fique “profissional”, ela terá o valor do meu sonho. O sonho de fazer a diferença, por menor que ela seja.

A minha visão sempre foi predominantemente poluída pela imagem, afinal minha maior experiência na comunicação foi a televisiva. A partir do convívio com as particularidades, comecei a experimentar não mais ver, mas sentir as imagens. Vibrei com as sensações que a ideia do céu estrelado me proporcionam e tentei descrever não mais com imagens, mas com as palavras, das quais não sou muito afeto, o que sentia. Minha relação com as coisas do céu é puramente empírica e se resume à observação do céu, à leitura de alguns (poucos) livros e à prática diária de quase sete anos passando sessões de planetário para diversos públicos. Aldebarã, a estrela mais brilhante do Touro, é vermelha, Júpiter, o maior planeta, brinca de ser estrela e Plutão, ah, Plutão é anão. E o céu que vemos é real ou será apenas uma imagem do passado distorcida pela atmosfera.

Nos cursos de Inclusão e Acessibilidade na UFRGS conquistei uma habilidade: perceber que a acessibilidade começa com o amor e com se tornar acessível, talvez o maior desafio. Com isso em mente, tento fazer a AD do “Caminho das Estrelas”. Para mim, o importante é que todos somos (praticamente) iguais. Somos seres humanos, filhos do mesmo planeta Terra. Todos nós temos o mesmo direito de aqui estar e de ser feliz. As diferenças são na verdade “particularidades” e as chamadas deficiências podem ser contornadas com a inteligência e tecnologia movidas pela vontade. A inclusão é, portanto, direito “divino” que conquistamos como o nosso dever de fazer o mundo melhor e igual para todos.

De coração, espero que esta minha “loucura” de fazer do nada uma AD, incentive aos profissionais da área a se preocuparem com acessibilidade do céu (do planetário) para todos.

Não posso deixar de agradecer aos poucos, mas valentes, que me incentivaram e ajudaram com suas ideias, sugestões e apoio. Aos amigos e aos colegas do “Programa Incluir”, meu muito OBRIGADO. Finalizando acho que VALE A PENA, nem que seja só tentar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o indivíduo possa estar ativo e integrado ao convívio social, utilizando de forma autônoma os ambientes que necessita e deseja, os requisitos dos usuários devem ser pesquisados, compreendidos e atendidos através do projeto de sistemas, produtos e ambientes com fins culturais.

Conforme o Projeto de Extensão, suas ações e o relato apresentados, todas as medidas inclusivas devem ser muito bem pensadas, pois de nada adianta ter etiquetas com informação em Braille se as escadas não têm corrimãos ou o ambiente não tem sinalização tátil. Assim, a melhor maneira de compreender a situação das pessoas com deficiência é se colocar no lugar delas para uma experiência pessoal e única. E vale lembrar que mesmo que nada e nenhum lugar ao nosso redor esteja ou pareça ser acessível, alguém, em algum momento, tem que começar a se preocupar com o bem estar e o direito de todos e conforme dito acima, “VALE A PENA, nem que seja só tentar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo, Brasiliense, 1993. p. 197 a 221.
- BERGER, Craig M. *Wayfinding: designing and implementing graphic navigational systems*. Inglaterra: Rotovision, 2009.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: RT, 2004.
- DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera H. M. *Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: Guia de avaliação e implementação de normas técnicas*. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2005.
- IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2009.
- GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. *Depoimento como Coordenadora do Projeto Museu da Indústria e da Exposição Percepção e Criação*. São Paulo: Arquivo IEBUSP, 1980.
- SANTOS, Sônia Maria Almeida. *Acessibilidade em museus*. Dissertação de mestrado. Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor: Rui Vicente Oppermann
Pró-Reitora de Extensão: Sandra de Deus

Revista da Extensão. Porto Alegre, nº 3, novembro de 2011.
Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Editor: José Antônio dos Santos
Projeto gráfico e diagramação: Paulo Baldo
Rosemari Guedes Bisch
Revisão: Patrícia Fernandes Lazzaron
Rita de Cássia dos Santos Camisolão

Revista
da Extensão
A Extensão vista de PERTO

Revista da Extensão

A Extensão vista de PERTO
Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Av. Paulo Gama, 110 - 5º andar - Bairro Farroupilha - CEP 90046-900 - Porto Alegre/RS
(51) 3308.3196 - 3308.3307 www.proext.ufrgs.br proext@proext.ufrgs.br